

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Prezados Acionistas,

A Administração da Companhia Brasileira de Energia ("Brasiliiana" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do Relatório de Auditoria dos auditores independentes. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil

A Companhia Brasileira de Energia é uma sociedade por ações e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas são: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguaiana") e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. O capital social subscrito da Companhia encerrou 2012 em R\$ 2.960,7 milhões, composto por 600.000.001 ações ordinárias e 50.000.007 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os ganhos com equivalência patrimonial na Companhia totalizaram R\$ 423,1 milhões em 2012 ante R\$ 750,6 milhões em 2011. Essa redução é explicada principalmente pelo desempenho obtido pela sua controlada indireta AES Eletropaulo no ano, influenciado principalmente pelos efeitos da aplicação da revisão tarifária a partir de Julho de 2012 e maiores custos referente à Parcela A. A contribuição de cada uma das subsidiárias está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ Milhões	Equivalência	Ágio	Total
AES Eletropaulo	5,7	(1,7)	4,0
AES Elpa (*)	(30,1)	(29,4)	(59,5)
Aes Tietê	464,0	(67,2)	396,8
Aes Uruguaiana	(15,1)	–	(15,1)
AES Serviços	(1,4)	–	(1,4)
TOTAL	423,1	(98,3)	324,8

(*) A AES Elpa detém 30,97% do capital social da AES Eletropaulo

A controlada AES Eletropaulo, na qual a Companhia detém 34,87% de seu capital social de forma direta e indireta, apresentou lucro líquido de R\$ 107,9 milhões em 2012 ante um lucro líquido de R\$ 1.572,1 milhões em 2011. Tal redução é explicada principalmente pelos seguintes fatores: (i) R\$ 707,3 milhões de recebimento, no 4T11, referente à alienação da AES Atimus SP (efeito não recorrente em 2011); e (ii) R\$ 782,4 milhões de efeitos de Parcela A (com compensação na tarifa a partir do mês de julho subsequente ao evento).

A AES Tietê, na qual a Brasileira detém 52,55% de seu capital social, apresentou lucro líquido de R\$ 901,3 milhões em 2012, um aumento de 6,7% no ano (comparado a R\$ 844,9 milhões em 2011) devido basicamente ao reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo, parcialmente compensado pela elevação de R\$ 149,0 milhões nos custos e despesas operacionais.

Já a controlada AES Uruguaiana, que é quase 100% detida pela Brasileira, reportou um prejuízo líquido de R\$ 15,1 milhões em 2012, contra um prejuízo líquido de R\$ 8,3 milhões em 2011. Esse resultado foi influenciado pelo aumento das despesas operacionais em R\$ 3,0 milhões e pelo decréscimo de R\$ 3,7 milhões no resultado financeiro, devido principalmente à redução nos rendimentos com aplicações financeiras (R\$ 4,5 milhões).

Adicionalmente, a AES Serviços (anteriormente denominada AES Infoenergy Ltda.), também controlada pela Brasileira com quase 100% do seu capital social, obteve um prejuízo de R\$ 1,4 milhão em 2012, ante um lucro líquido de R\$ 2,4 milhões em 2011, explicado pela redução na receita líquida em R\$ 41,6 milhões e pelo aumento nos custos e despesas operacionais em R\$ 37,1 milhões. Esse efeito negativo deve-se basicamente à decisão estratégica de

reorganizar a AES Serviços e direcionar seus esforços à prestação de serviços, aumentando os custos operacionais tais como pessoal e fornecedores. O resultado financeiro da Companhia foi positivo em R\$ 11,5 milhões em 2012, ante um resultado negativo de R\$ 97,9 milhões em 2011. Essa melhora é fruto do resgate antecipado total das debêntures em circulação no âmbito da Terceira Emissão, em dezembro de 2011, no valor de R\$ 900 milhões. A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 340,6 milhões em 2012 ante R\$ 1.129,1 milhões em 2011, uma redução de 59,8%, em função principalmente do menor resultado da AES Eletropaulo, compensado parcialmente pelo maior lucro da AES Tietê e melhor resultado financeiro do período. Além disso, o resultado de 2011 foi favorecido pela receita não operacional de R\$ 300 milhões oriunda da finalização do processo de venda da AES Atimus RJ e da AES Atimus SP em outubro de 2011.

Remuneração aos Acionistas

Dividendos Brasiliiana 2012 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2012	340,6
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	55,7
Dividendos e JSCP prescrito	2,0
Constituição de Reserva Legal (5%)	(19,8)
Base para distribuição de dividendos	378,5
Dividendos distribuídos - 1S12	251,8
Proposta de distribuição de dividendos	126,8
Saldo remanescente	0,0

A Administração da Cia. Brasiliiana propõe a distribuição de 100% do lucro distribuível de 2012, lucro líquido do período acrescido da realização de ajuste de avaliação patrimonial e do montante de dividendos e JSCP prescritos, deduzidos da constituição de reserva legal em 5% no valor de R\$ 19,8 milhões, em função:

- (i) do resultado apresentado acima;
 - (ii) estimativa de geração de caixa e investimentos futuros.
- As destinações mencionadas acima serão aprovadas através de Assembleia Geral Ordinária (AGO) que ocorrerá até o dia 30 de abril de 2013, quando também ocorrerá:
- (i) ratificação de dividendos intermediários de R\$ 142.451.000,00, equivalente a R\$ 0,2191553819 por ação ordinária e preferencial. Tal valor foi pago aos acionistas em 28 de agosto de 2012;
 - (ii) ratificação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado do 2S12, no valor de R\$109.318.164,18, equivalente a R\$ 0,168181789 por ação ordinária e preferencial. Tal valor foi pago aos acionistas no dia 22 de novembro de 2012, e aprovação da proposta de dividendos referentes ao resultado líquido do exercício de 2012, somados aos R\$ 55,7 milhões referentes ao reajuste de avaliação patrimonial, R\$ 2,0 milhões referentes à dividendos e JSCP prescritos que estão sendo adicionados ao valor a ser pago na forma de dividendos, descontada a Reserva Legal de 5% (R\$ 19,8 milhões) e o total já distribuído como dividendos (R\$ 251,8 milhões). Desta forma, o valor a ser distribuído é de R\$ 126.773.251,11, equivalentes a R\$ 0,195035769 por ação ordinária e preferencial.
 - (iii)

Auditoria Independente

A Brasiliiana utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. Não foram contratados quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses.

As atividades de auditoria de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em:

- (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho,
- (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e
- (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS						BALANÇOS PATRIMONIAIS					
31 de dezembro de 2012 e 2011						31 de dezembro de 2012 e 2011					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)						(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Notas	2012	2011	2012	2011		Notas	2012	2011	2012	2011
ATIVO						PASSIVO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26	275	210.952	207.907	Fornecedores	18	122	556	1.430.630	1.018.990
Investimentos de curto prazo	5	40.479	246.758	1.232.390	2.037.870	Empréstimos e financiamentos	20	–	–	33.859	88.872
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	1.626.855	1.561.746	Debêntures	20	–	–	363.143	268.808
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.1	15.040	12.987	266.354	86.613	Arrendamento financeiro	20	–	–	4.902	8.203
Outros tributos compensáveis	7.2	–	1	185.312	88.552	Subvenção governamental	21	–	–	760	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	33.1	13.606	39.481	–	–	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.1	–	4.938	395.305	383.484
Serviços prestados	–	–	–	118	192	Outros tributos a pagar	19.2	18	4	343.851	466.570
Devedores diversos	–	–	–	2.352	3.554	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.2	–	267.478	63.449	426.499
Contas a receber - acordos	10	–	–	234.315	257.518	Obrigações estimadas	–	–	–	122.233	112.174
Contas a receber de partes relacionadas	33.1	–	–	–	11.753	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	–	5.658	4.575
Outros créditos	11	435	438	151.832	115.719	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	24	–	–	81.805	102.078
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	–	–	(293.939)	(359.196)	Provisões para processos judiciais e outros	23	–	155	178.873	223.725
Almoxarifado	–	–	–	63.936	52.553	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	25	–	–	61.460	53.327
Despesas pagas antecipadamente	–	4	4	3.672	2.726	Outras obrigações	26	–	2	186.953	185.420
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		69.590	299.944	3.684.149	4.067.507	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		140	273.133	3.272.881	3.342.725
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	33.121	33.121	Contas a pagar por compra de energia - CCEE	18	–	–	70.887	70.887
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.1	–	–	3.335	22.255	Empréstimos e financiamentos	20	–	–	554.768	715.012
Outros tributos compensáveis	7.2	–	–	57.025	108.739	Debêntures	20	–	–	2.759.045	2.334.958
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	37.781	29.685	37.781	29.685	Arrendamento financeiro	20	–	–	3.052	4.317
Tributos a recuperar	9	–	–	99.063	109.411	Subvenção governamental	21	–	–	2.738	–
Cauções e depósitos vinculados	23	25.259	19.949	508.291	580.485	Tributos e contribuições sociais diferidos	8	–	–	741.868	771.117
Contas a receber - acordos	10	–	–	79.740	94.780	Obrigações com entidade de previdência privada	22	–	–	1.133.680	1.230.546
Outros créditos	11	21.584	20.263	125.229	174.655	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	24	–	–	2.705	27.088
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos/estoque de gás	17	–	–	(54.173)	(49.727)	Provisões para processos judiciais e outros	23	26.736	23.448	405.192	407.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	–	–	(78.963)	(68.545)	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	25	–	–	26.935	89.002
Ativo financeiro de concessão	13	–	–	1.181.937	1.041.813	Contas a pagar a partes relacionadas	33.1	24.123	23.195	9.010	9.010
Investimento	14	3.033.515	3.351.161	9.500	9.500	Obrigações estimadas	–	–	–	20.713	21.062
Imobilizado, líquido	15	–	–	3.551.765	3.612.618	Reserva de reversão	–	–	–	66.085	66.085
Intangível	16	1.118.068	1.216.365	7.625.467	7.884.821	Outras obrigações	26	–	–	27.051	55.567
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	15	–	–	(422.713)	(447.412)	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.859	46.643	5.823.639	5.801.917
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.236.207	4.637.423	12.756.405	13.136.199	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social subscrito e integralizado	27	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708
TOTAL DO ATIVO		4.305.797	4.937.367	16.440.554	17.203.706	Reservas de lucros:					
						- Legal	28.2	179.263	159.445	179.263	159.445
						- Estatutária	28.2	138.432	138.432	138.432	138.432
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	28.2	126.773	428.221	126.773	428.221
						Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	27	849.622	930.785	849.622	930.785
						Subtotal		4.254.798	4.617.591	4.254.798	4.617.591
						Participação de acionistas não controladores		–	–	3.089.236	3.441.473
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.254.798	4.617.591	7.344.034	8.059.064
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.305.797	4.937.367	16.440.554	17.203.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado		
	Notas	2012	2011	2012	2011		Notas	2012	2011	2012	2011	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		29	–	–	10.099.789	9.917.958	RESULTADO DO SERVIÇO		(3.724)	(4.219)	1.552.767	2.906.572
CUSTOS OPERACIONAIS							Resultado de equivalência patrimonial	14	423.064	750.623	–	–
Custo com Energia Elétrica/Gás							Amortização de intangível de concessão	16	(98.297)	(101.757)	(144.243)	(147.703)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	–	(3.390.184)	(2.583.151)	RESULTADO FINANCEIRO						
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	–	–	–	(210.785)	(159.045)	Receitas financeiras	31	13.269	30.268	304.051	424.983	
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	–	–	–	(1.589.492)	(1.323.505)	Despesas financeiras	31	(1.543)	(130.751)	(501.235)	(662.047)	
Taxa de fiscalização	–	–	–	(30.941)	(29.246)	Variações monetárias e cambiais, líquidas	31	(262)	2.539	102.316	67.293	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	–	–	(68.354)	(63.676)	TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		11.464	(97.944)	(94.868)	(169.771)	
Gás comprado para geração de energia elétrica	–	–	–	(20)	(15)	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		332.507	546.703	1.313.656	2.589.098	
Custo de Operação						Contribuição social	–	–	8.572	(126.131)	(246.287)	
Pessoal e administradores	(83)	–	–	(618.954)	(506.093)	Imposto de renda	–	–	23.123	(340.439)	(651.258)	
Entidade de previdência privada	22	–	–	(168.943)	(114.313)	Contribuição social diferida	–	2.143	8.670	(2.718)	10.301	
Serviços de terceiros	(3.280)	(2.641)	(606.411)	(537.883)	(537.883)	Imposto de renda diferido	–	5.954	24.083	(7.840)	28.900	
Material	(1)	–	–	(69.985)	(58.622)	TOTAL DOS TRIBUTOS		32	8.097	64.448	(477.128)	
Custo de construção	–	–	–	(831.115)	(738.745)	Resultado líquido das operações continuadas		340.604	611.151	836.528	1.730.754	
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	(39.031)	11.282	Resultado líquido das operações descontinuadas		–	518.004	–	936.755	
Provisão para processos judiciais e outros	(11)	(15)	(74.052)	(19.604)	(19.604)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	340.604	1.129.155	836.528	2.667.509
Outros resultados abrangentes				
Atualização do ativo financeiro de controlada	(43.789)	14.277	(125.573)	40.940
Reversão para o resultado do exercício da atualização do ativo financeiro de concessão	5.272	–	15.119	–
Efeito de imposto de renda e contribuição social	13.096	(4.854)	37.554	(13.919)
	(25.421)	9.423	(72.900)	27.021
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	315.183	1.138.578	763.628	2.694.530
Atribuído a sócios da empresa controladora			315.183	1.138.578
Atribuído a sócios não controladores			448.445	1.555.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa Líquido Atividades Operacionais	749.022	818.087	1.472.516	1.946.036
Caixa Gerado nas Operações	737.798	885.067	2.315.379	2.802.970
Lucro líquido do exercício	340.604	1.129.155	340.604	1.129.155
Depreciação e amortização	–	–	638.900	721.867
Amortização do Intangível de concessão	98.297	101.757	144.243	147.703
Amortização do uso do bem público (UBP)	–	–	2.690	2.690
Variação monetária/cambial	262	(1.743)	(15.575)	(12.949)
Atualização do ativo financeiro de concessão	–	–	15.119	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	61.166	8.205
Provisão para processos judiciais e outros	11	5.397	130.641	63.860
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	–	115.160	393.235	575.814
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 600	–	–	165.888	114.511
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(10.998)	(29.286)	(161.107)	(217.048)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	–	–	97.257	46.322
Resultado da equivalência patrimonial	(431.747)	(755.040)	–	–
Perdas em Investimentos	8.683	4.417	21.501	24.908
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	–	–	(20.254)	(20.104)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(8.097)	(32.753)	10.558	(36.783)
Ações e opções de ações outorgadas	–	–	1.112	982
Participação de acionistas não controladores	–	–	495.924	1.538.354
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio recebidos	740.783	951.558	4.031	–
Ganho de capital na alienação de investimentos	–	(311.646)	(10.044)	(1.284.517)
Resultado de operações descontinuadas	–	–	(67.998)	–
Resultado de equivalência transferido para operações descontinuadas	–	–	(223.911)	–
Variações nos Ativos e Passivos	11.224	(66.980)	(842.863)	(856.934)
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	–	–	(181.461)	(163.569)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(149)	24.838	(163.675)	(15.485)
Outros tributos compensáveis	1	(1)	(45.056)	(20.355)
Serviços prestados	–	–	(180)	(12.296)
Devedores diversos	–	–	1.197	(462)
Almozarilado	–	–	(11.383)	880
Contas a receber - Acordos	–	–	38.244	32.950
Contas a receber de partes relacionadas	–	–	11.842	(565)
Despesas pagas antecipadamente	–	2	(966)	(234)
Outros créditos	(1.067)	(235)	(9.892)	(2.307)
Fornecedores	(434)	319	401.816	(28.109)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.938)	4.938	11.874	187.924
Outros tributos a pagar	1.493	(25)	(111.975)	(14.719)
Contas a pagar a partes relacionadas	–	184	–	184
Pagamento de processos judiciais e outros	–	–	(157.789)	(109.239)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	1.083	2.316
Obrigações estimadas	–	–	7.812	14.763
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	–	–	(44.656)	12.902
Pesquisa e desenvolvimento & Eficiência energética	–	–	(62.214)	(75.654)
Outras obrigações	–	–	(19.442)	17.312
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	16.318	23.067	163.919	238.339
Juros pagos (encargos de dívidas)	–	(120.067)	(408.915)	(574.086)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	–	–	(260.812)	(254.554)
Transferência p/ atividade descontinuada	–	–	–	(92.870)
Saída do caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades operacionais	–	–	(2.234)	–
Caixa Líquido Atividades de Investimento	198.197	616.146	83.896	753.845
Adições para os ativos financeiro e intangível de concessão	–	–	(1.014.971)	(1.029.328)
Consumidores - participação financeira	–	–	184.333	92.497
Aplicações em investimentos de curto prazo	(179.829)	(1.194.123)	(9.876.137)	(7.683.506)
Resgates de investimentos de curto prazo	381.680	1.006.697	10.667.596	7.797.064
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(3.654)	(4.765)	54.474	25.000
Alienação de investimentos	–	808.337	20.295	1.501.650
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	–	–	46.106	–
Transferência p/atividade descontinuada	–	–	–	50.468
Saída do caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades de investimentos	–	–	2.200	–
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(947.468)	(1.433.990)	(1.553.367)	(2.795.483)
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	–	–	1.371.093	94.029
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(947.468)	(633.990)	(1.858.896)	(1.847.945)
Imposto de renda s/ Juros sobre capital próprio	–	–	(10.076)	(7.324)
Pagamento de empréstimos	–	(800.000)	(1.030.880)	(1.050.819)
Custo de empréstimos	–	–	(16.748)	(2.174)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	–	–	(7.860)	(4.679)
Transferência para resultado de operações descontinuadas	–	–	–	23.429
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(249)	243	3.045	(95.602)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	275	32	207.907	303.509
Saldo final de Caixa e Equivalentes	26	275	210.952	207.907
Informações adicionais:				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	1.277	3.521	612.164	1.086.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
1. RECEITAS	–	–	15.533.017	15.437.275
Receitas bruta de vendas de energia e serviços	–	–	15.572.048	15.425.993
Fornecimento de energia elétrica (distribuidora)	–	–	7.075.636	6.218.931
Residencial	–	–	6.622.458	6.458.449
Comercial	–	–	4.125.673	4.151.582
Industrial	–	–	1.910.996	2.017.368
Rural	–	–	3.661	3.523
Poder público	–	–	418.275	419.996
Iluminação pública	–	–	181.580	175.404
Serviço público	–	–	189.605	183.289
Encargo de capacidade emergencial	–	–	9	9
Remuneração do ativo financeiro	–	–	156.661	148.426
Transferência para atividade de distribuição	–	–	(6.533.372)	(7.339.115)
Outras	–	–	8.496.412	9.207.062
Suprimento de energia elétrica (geradoras)	–	–	257.613	183.631
Pis/Cofins Diferença de alíquota e Não Faturado	–	–	309	(17.538)
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	–	–	(23.845)	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	–	–	(75.000)	(35.150)
Transferência para atividade de distribuição	–	–	6.533.372	7.339.115
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	–	–	755.675	829.224
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (TUSD)	–	–	(10.474)	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (TUSD)	–	–	(11.935)	(2.712)
Remuneração do ativo financeiro (TUSD)	–	–	12.358	14.325
Venda de energia no curto prazo	–	–	103.015	50.887
Receita relativa à construção de ativos próprios	–	–	831.115	738.745
Outras receitas operacionais	–	–	124.209	125.201
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(39.031)	11.282
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.641)	(4.219)	(7.570.237)	(6.180.192)
Materiais	(1)	–	(71.570)	(59.604)
Outros custos operacionais	(360)	(1.578)	(231.839)	(176.357)
Custo da energia comprada e transmissão	–	–	(5.820.459)	(4.662.366)
Serviços de terceiros	(3.280)	(2.641)	(615.234)	(543.235)
Construção de ativos próprios	–	–	(831.115)	(738.745)
Gás e transporte de gás	–	–	(20)	(15)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.641)	(4.219)	7.962.780	9.257.083
4. RETENÇÕES	(98.297)	(101.757)	(782.633)	(841.121)
Depreciação e amortização	–	–	(638.390)	(693.418)
Amortização de intangível de concessão	(98.297)	(101.757)	(144.243)	(147.703)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(101.938)	(105.976)	7.180.147	8.415.962
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	436.333	1.298.895	304.051	1.361.738
Resultado da equivalência patrimonial	423.064	750.623	–	–
Receitas financeiras	13.269	30.268	304.051	424.983
Equivalência reclassificada p/ resultado de operações descontinuadas	–	518.004	–	–
Resultado de operações descontinuadas	–	–	–	936.755
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	334.395	1.192.919	7.484.198	9.777.700
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	83	–	686.482	538.305
Salários e encargos	–	–	378.219	292.936
Honorários da diretoria	83	–	9.519	8.869
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	–	–	81.765	88.746
Previdência privada	–	–	168.943	114.313
FGTS	–	–	48.479	30.559
Outros	–	–	(443)	2.882
Tributos (Governos)	(6.619)	(60.794)	5.541.555	5.969.750
Federais	(6.619)	(60.794)	1.371.343	1.798.909
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.097)	(64.448)	477.128	858.344
Cofins	1.214	3.002	651.403	705.353
Pis	264	652	141.397	153.111
INSS	–	–	71.184	50.811
Encargos sociais - Outros	–	–	30.231	31.290
Estaduais	–	–	2.787.994	2.742.883
ICMS	–	–	2.787.258	2.745.390
Outros	–	–	736	(2.507)
Municipais	–	–	27.842	28.517
ISS	–	–	584	1.123
IPTU	–	–	26.217	24.666
Outros	–	–	1.041	2.728
Encargos setoriais	–	–	1.354.376	1.399.441
RGR - Reserva global de reversão	–	–	70.003	67.938
CCC - Conta de consumo de combustíveis	–	–	524.224	620.186
CDE - Conta de desenvolvimento energético	–	–	493.840	441.728
Encargo de capacidade emergencial	–	–	9	9
P&D, Eficiência, FNDCET e EPE	–	–	100.240	106.008
Encargos do consumidor - Proinfla	–	–	42.974	44.485
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	–	–	23.791	26.165
Taxa de fiscalização - ANEEL	–	–	30.941	29.246
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	–	68.354	63.676
Financiadores	327	124.558	419.633	602.136
Juros e atualizações monetárias/cambiais	326	124.558	395.974	589.125
Aluguéis	1	–	23.659	13.011
Lucro do Exercício	340.604	1.129.155	340.604	1.129.155
Dividendos	320.613	931.299	320.613	931.299
Constituição de reserva legal	19.991	59.424	19.991	59.424
Constituição de reserva estatutária	–	–	138.432	–
Participação dos acionistas minoritários	–	–	495.924	1.538.354
	334.395	1.192.919	7.484.198	9.777.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Brasileira de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao ano de 2012 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações. As principais alterações foram: (i) despesa com taxas de administração com a Fundação CESP (administradora dos planos de pensão) da rubrica "Pessoal e Administradores" para a rubrica "Outros custos"; (ii) as discussões judiciais trabalhistas finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica "Pessoal e Administradores" para a rubrica "Provisão/Reversão para processos judiciais e outros" visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iii) as discussões judiciais cíveis e fiscais finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica "Outros custos" para a rubrica "Provisão/Reversão para processos judiciais e outros" visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iv) despesa relativa à perda de contas a receber da rubrica "Outros custos" para a rubrica "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa" visto que a reversão da provisão é registrada nesta última rubrica.

Funcionalmente houve também a reclassificação do pagamento de obrigações com entidade de previdência privada da atividade de financiamento para a atividade operacional no fluxo de caixa relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para permitir a comparabilidade.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. A Companhia considera uma entidade como controlada quando possui os seguintes fatores de forma combinada:

- mais do que a metade do poder de voto,
- poder para governar as suas políticas financeiras e operacionais,
- poder para indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2012	2011
Controladas diretas:			
AES Elpa S.A. ("Elpa")	Holding	98,26	98,26
AES Tietê S.A. ("Tietê")	Geração	52,55	52,55
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	4,44	4,44
AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços")	Comercializadora	100,00	100,00
AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana")	Geração	100,00	100,00
Controladas indiretas:			
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	30,43	30,43
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	—	52,55
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	52,55	52,55

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores das transações de receitas e despesas, entre a controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente realizadas com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

3. Políticas contábeis e estimativas**3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado** - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia e suas controladas têm a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.
- **Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os recebíveis são ajustados posteriormente por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda** - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial contratadas nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que dovesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias, e outras contas a receber, como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Os recebíveis podem ser por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados, referentes aos serviços de distribuição, referente à venda de energia elétrica, incluem ainda o uso do sistema de distribuição por cliente livre, a recomposição tarifária extraordinária, a energia livre e o desconto da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão sendo demonstrados nas diversas rubricas do ativo que as originaram. O critério utilizado atualmente pela Companhia e suas controladas para constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- classe industrial e rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Serviços prestados/Acordos/Outros créditos

a) Faturas vencidas há mais de 360 dias.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também análise individual pela Administração das contas julgadas de difícil recebimento. As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros no perdidas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento dos Termos de Confissão de Dívida - TCD inadimplentes são provisionados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em perda. Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa". Os saldos desta rubrica estão sendo complementariamente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do ativo que os originaram.

(c) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o custo estimado de caixa futuro.

(d) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia e suas controladas mantêm esse ativo financeiro registrado em seus livros e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível de concessão da controlada Eletropaulo e imobilizado das suas controladas são classificados como imobilizações em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível de concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis. Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da controlada indireta Eletropaulo e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro de concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A controlada indireta Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória. Caso a controlada indireta Eletropaulo verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela controlada indireta Eletropaulo para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A controlada indireta Eletropaulo entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a controlada indireta Eletropaulo concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da controlada indireta Eletropaulo de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato de concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. De acordo com o pronunciamento CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão.

A controlada indireta Eletropaulo agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da controlada Tietê foram avaliados ao custo atribuído ("*deemed cost*") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado das demais controladas são avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados, e que foram considerados pela administração como sendo equivalente ao custo atribuído, na data de transição para as normas internacionais de contabilidade.

As controladas agregam mensalmente ao custo de construção do ativo imobilizado em curso os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, até a data em que o item estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfatórios. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A estimativa do valor residual do imobilizado da controlada Tietê leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, e não amortizados ao final da concessão.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e ajustes ao seu provável valor de recuperação, quando necessário. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. No caso específico da controlada Tietê, o ativo intangível compreende principalmente o direito de a mesma operar como concessionária de uso do bem

público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, pelo prazo de 30 anos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, os intangíveis da controlada Eletropaulo relacionam-se com seu direito de concessão.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

As administrações da Companhia e de suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável de seus ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e de suas controladas considera que: i) uma rede integrada de distribuição e ii) todas as usinas hidroelétricas são unidades geradoras de caixa específicas. Sendo assim, as empresas relacionadas à distribuição de energia e geração de energia, foram avaliados separadamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que poderiam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC18 - Investimento em Controlada e Coligada, e para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data base que a da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação sobre o investimento da Companhia em sua coligada, de acordo com o critério descrito na nota explicativa nº 3.6.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia e suas controladas registram provisões para todos os processos judiciais em que a probabilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja avaliada como provável e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da provável saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem a troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados.

A Companhia e suas controladas não têm registrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos principais passivos financeiros pelo custo amortizado é registrada da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD. As correções dos saldos estão registradas na rubrica "variações monetárias e cambiais, líquidas", quando aplicável.

(a) Liquidação de passivos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.11 Tributação**(a) Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas das principais controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Na controlada Tietê

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% (regime cumulativo) e 7,6% (regime não cumulativo);

Na controlada Eletropaulo

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% (regime não cumulativo) para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial, e isento para a classe residencial com consumo até 90kw, 12% para consumo entre 91kw a 200kw e de 25% para consumo acima de 201kw;
- Imposto sobre Serviços - ISS - 5% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

(b) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis com base nas disposições da Instrução CVM nº 371 e de acordo com o Pronunciamento Técnico CFC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros possam ser utilizados para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e suas controladas. Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e suas controladas reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e/ou controladas e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro de 12 meses.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas de elaboração das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes significativos derivados de ajustes a valor presente.

3.15 Dividendos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos.

3.19 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. Essas controladas concedem também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiário. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com bases em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

O custo dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou de suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou às suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.20 Contratos de arrendamento (Leasing)

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado dessas controladas em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento das controladas. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, para o qual haja informação financeira individualizada disponível, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia e de suas controladas para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição e outra de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui os seguintes segmentos passíveis de divulgação:

- Distribuição de energia - Eletropaulo;
- Geração de energia - Uruguiana;
- Outros

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, bem como adote premissas que impactam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, as estimativas estão suportadas por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. Um evento que requiera modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Controlada Tietê - conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, estando o direito de incidência ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da Administração da controlada Tietê, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Controlada Eletropaulo - os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.6). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.19, as controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

As principais premissas utilizadas estão descritas a seguir:

Taxa de desconto: de acordo com o pronunciamento CPC 33 - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Ao determinar a taxa de desconto adequada, considera-se as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. *Taxa de mortalidade*: a taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial e inflação: aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, é feito levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos: a taxa esperada de retorno dos ativos do plano é determinada com base em um estudo conduzido por empresa de consultoria financeira especializada, que analisa o casamento de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano, dado o cenário econômico. Com a adoção do novo pronunciamento CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 e vigente a partir de 01 de janeiro de 2013, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 34.

(f) Provisão para processos judiciais e outros

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros quando é provável que haja uma saída de recursos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(g) Amortização do intangível de concessão

Controlada Eletropaulo - os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Eletropaulo utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço. De acordo com essa Resolução as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 (prospectivamente). Desta forma, a controlada Eletropaulo adotou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução nº 474 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

3.23 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.24 Novos pronunciamentos e interpretações

A CVM aprovou as seguintes pronunciamentos e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

- CPC 17(R1) - Contratos de construção - Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 18(R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 19(R2) - Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 30(R1) - Receitas - Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 33(R1) - Benefícios a empregados - Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 35(R2) - Demonstrações separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 36(R3) - Demonstrações consolidadas - Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 40(R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Deliberação CVM nº. 684 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ICPC 08(R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- ICPC 09(R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados. Em relação aos pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 33 - Benefícios a empregados o qual foi detalhado na nota explicativa nº 22.

4. Operação descontinuada

Em 31 de outubro de 2011, a Brasileira concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. ("TIM"), das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("Telecom") e ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro S.A. ("Com Rio"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011 ("Contrato").

Desta forma, na demonstração dos resultados, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado os saldos referentes a estas empresas foram reclassificados para operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Vale ressaltar que o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 contempla um período de dez meses findo em 31 de outubro de 2011.

O impacto da equivalência patrimonial e das operações dessas controladas no resultado individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual foi reclassificado para a rubrica "Resultado líquido de operações descontinuadas", é apresentado a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	2011				2011			
	Brasileira	AES Telecom	AES Com Rio	Total	Brasileira	AES Telecom	AES Com Rio	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Operação	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e administradores	-	-	-	-	-	(21.040)	(11.288)	(32.328)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	(222)	(162)	(384)
Serviços de Terceiros	(499)	-	-	(499)	(1.688)	(12.382)	(12.459)	(26.529)
Material	-	-	-	-	-	(2.190)	(1.985)	(4.175)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	103	154	257
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	-	-	-	-	-	193	(233)	(40)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(18.069)	(10.380)	(28.449)	(46.898)
Outras receitas e custos	301.484	-	-	301.484	1.284.515	(7.179)	(6.692)	1.270.644
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	300.985	-	-	300.985	1.282.827	(60.786)	(43.045)	1.178.996
RESULTADO DO SERVIÇO	300.985	-	-	300.985	1.282.827	54.259	48.486	1.385.572
Resultado de equivalência patrimonial	223.911	36.030	31.968	291.909	-	-	-	291.909
RESULTADO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita	-	-	-	-	-	2.087	1.784	3.871
Despesa	(3.762)	-	-	(3.762)	(12.732)	(1.503)	(693)	(14.928)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	-	-	-	-	-	10	18	28
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(3.762)	-	-	(3.762)	(12.732)	594	1.109	(11.029)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	521.134	36.030	31.968	589.132	1.270.095	54.853	49.595	1.374.543
Contribuição Social	(18.828)	-	-	(18.828)	(106.386)	(4.548)	(4.322)	(115.256)
Imposto de Renda	(52.300)	-	-	(52.300)	(295.518)	(12.612)	(11.985)	(320.115)
Contribuição Social Diferida	-	-	-	-	-	(440)	(199)	(639)
Imposto de Renda Diferido	-	-	-	-	-	(1.223)	(555)	(1.778)
TOTAL DOS TRIBUTOS	(71.128)	-	-	(71.128)	(401.904)	(18.823)	(17.061)	(437.788)
LURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-
DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	450.006	36.030	31.968	518.004	868.191	36.030	32.534	936.755
Atribuído a sócios da Empresa Controladora	-	-	-	-	450.006	36.030	31.968	518.004
Atribuído a sócios Não Controladores	-	-	-	-	418.185	-	566	418.751

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas controladas Telecom e Com Rio são:

	Controladas		
	2011		
	AES Telecom	AES Com Rio	Total
Atividades Operacionais	53.252	39.618	92.870
Atividades de Investimentos	(32.057)	(18.411)	(50.468)
Atividades de Financiamentos	(5.717)	(17.712)	(23.429)

Os montantes acima descritos estão com sinais invertidos em relação às transferências para as atividades descontinuadas da demonstração do fluxo de caixa, pois no fluxo está sendo demonstrada a saída do caixa de cada atividade da Com Rio e da Telecom.

5. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	Caixa e Equivalentes de caixa	26	275	81.562
Tipo de operação				
Numerário disponível	-	-	33.555	30.106
Numerário em trânsito	-	-	39.252	39.016
CDB-DI (I)	-	-	56.583	113.222
Operação compromissada (I)	-	-	20.997	20.915
Total	26	275	210.997	210.915
Investimentos de curto prazo	16.223	121.729	240.129	770.297
Tipo de operação				
CDB-DI (I)	24.256	125.029	855.721	1.123.063
Operação compromissada (I)	-	-	113.609	123.595
Fundo de investimento (II)	-	-	22.931	20.915
Títulos públicos (III)	-	-	1.232.390	2.037.870
Total	40.479	246.758	2.432.640	4.155.740

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas ^(*) foram remuneradas, em média, no caso da Companhia à 101,97% do CDI (101,38% no exercício de 2011), e nas controladas variando de 99,86% a 102,69% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (100,00% a 102,49% no exercício de 2011), e têm características de liquidez imediata.
- (II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos das controladas e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. No exercício de 2012, os ativos desse fundo eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

- (III) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.
- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na Cetip.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

6. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias

	Consolidado					
	2012					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	24.479	15.823	8.657	15.823
Adições temporárias (ágio)	15.162	15.162	–	15.162
Outros	(1.860)	(1.300)	(560)	1.768
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	37.781	29.685	8.097	32.753

	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão de benefício a empregados	257.794	291.040	(33.246)	(40.784)
Provisão para processos judiciais e outros	169.474	166.634	2.840	(33.683)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.535	138.060	(18.525)	(27.010)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(245.073)	(45.767)	(199.306)	(2.771)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.288.484)	(1.373.343)	84.859	88.345
Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa	192.020	15.823	176.197	15.823
Atualização do ativo financeiro de concessão (*)	5.140	(37.554)	5.140	–
Ativo intangível - uso do bem público	(15.549)	(16.464)	915	915
Outros	101.056	120.139	(29.432)	38.366
(Despesa)/Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(704.087)	(741.432)	(10.558)	39.201

	2012	
	Controladora	Consolidado
	39.641	978.975

	2012			
	Controladora		Consolidado	
	Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos a Recuperar (*)	Total
2013	–	225.350	9.907	235.257
2014	–	186.713	9.276	195.989
2015	2.546	142.129	8.635	150.764
2016	2.520	135.296	7.990	143.286
2017 a 2019	13.615	260.699	20.647	281.346
2020 a 2022	20.960	28.788	16.365	45.153
2023 a 2025	–	–	12.967	12.967
2026 a 2028	–	–	10.270	10.270
2029	–	–	3.006	3.006
	39.641	978.975	99.063	1.078.038

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar foi definida através de Ofício ANEEL - Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia e as controladas que possuem tributos diferidos ativos registrados devem elaborar estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico deve ser aprovado pelos órgãos da Administração. A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração dessas controladas.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se realizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

As controladas Uruguiana e Elpa não registram impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Já no que se refere à Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.1, a mesma constituiu impostos diferidos ativos sobre parte de seu prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outras diferenças temporárias no montante de R\$39.941. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e as controladas Uruguiana e Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não são base para impostos diferidos ativos, a saber:

	2012	Brasileira	AES Uruguiana	AES Elpa	Total
Prejuízo Fiscal	(326.041)	(363.044)	(1.054.576)	(1.743.661)	
Base Negativa Contribuição Social	(374.074)	(363.057)	(1.290.528)	(2.027.659)	
Diferenças temporárias ativas	(90.718)	(639.755)	(695.002)	(1.425.475)	

9. Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado na incorporação pela controlada Tietê do ágio de sua antiga controladora direta AES Gás Empreendimentos Ltda. e da AES Tietê Participações S.A., os quais foram registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01. A composição do saldo no período é a seguinte:

	Consolidado			
	2012			2011
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(541.251)	361.950	(179.301)	(170.170)
Subtotal	267.053	(179.614)	87.439	96.570
AESTietê Participações S.A.				
Ágio gerado na aquisição de participação na Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(48.231)	31.832	(16.399)	(15.182)
Subtotal	34.189	(22.565)	11.624	12.841
Saldos no final do período	301.242	(202.179)	99.063	109.411

Os ágios e a correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da controlada Tietê, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.2. Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controlada Tietê	
	2012	2011
	120.263 (33.000)	22.148 (109.411)
Reversão da provisão	109.411	(31.466)
Saldo em 31.12.2011	109.411	21.118
Amortização do ágio	–	99.063
Reversão da provisão	–	–
Saldo em 31.12.2012	109.411	120.263

10. Contas a receber - acordos

	Consolidado	
	2012	2011
	–	–
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	–	75.453
Prefeituras municipais diversas	24.115	28.617
Consumidores	209.449	151.678
Outros	751	1.770
Total	234.315	257.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 12	–	(175.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 12	–	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras municipais diversas - nota nº 12	(19.143)	(20.414)
Saldo Líquido de PCLD	39.914	13.197
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	50.314	70.534
Consumidores	29.426	24.246
Total	79.740	94.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 12	(27.527)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 12	(37.050)	(53.948)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 12	–	(16)
Saldo Líquido de PCLD	15.163	40.811

(i) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a controlada indireta Eletropaulo e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento foi efetuado em quatro parcelas, sendo a primeira R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75.454. Em 30 de julho de 2012 a Prefeitura efetuou o pagamento da quarta e última parcela do referido acordo.

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	–	–	–	–
CIRCULANTE				
Financiamento à Cesp	–	–	222	317
Contribuição p/ o custeio do serviço de iluminação pública - Cospip	–	–	35.777	32.155
Cauções e depósitos vinculados (*)	–	–	86.928	54.592
Alienação de bens e direitos	–	–	1.141	10.042
Outros	435	438	27.764	18.613
Total	435	438	151.832	115.719
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 12	–	–	–	(74)
Saldo Líquido de PCLD	435	438	151.832	115.645
NÃO CIRCULANTE				
Financiamento à Cesp	–	–	4.536	4.367
Conta garantida - alienação de investimentos	21.584	20.263	21.584	20.263
Direito do uso do gás - controlada Uruguiana	–	–	54.173	49.727
Programa Reluz - PMSB	–	–	–	1.408
Programa Reluz - PMSBC	–	–	3.728	3.728
Bens e direitos destinados à alienação - nota nº 26	–	–	26.795	79.899
Banco Santos - controlada Tietê	–	–	14.386	14.386
Outros créditos - controlada indireta PCH Minas	–	–	–	190
Outros	–	–	27	687
Total	21.584	20.263	125.229	174.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 12	–	–	(14.386)	(14.386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 12	–	–	–	(190)
Saldo Líquido de PCLD	21.584	20.263	110.843	160.079
(*) Em 2012, a controlada indireta Eletropaulo ofereceu como garantia para o mercado de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e para Leilão de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$36.809, para cumprir exigências de compra de energia elétrica.				

12. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apresentado como segue:

	Consolidado					
	31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	31.12.2012
	–	–	–	–	–	–
Rubricas de Origem CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 6	104.921	104.805	(3.720)	–	(114.233)	91.773
Revendedores - nota nº 6	4.248	–	–	–	–	4.248
Energia Livre - nota nº 6	164	–	(88)	–	(76)	–
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº 7.2	1.963	–	–	–	–	1.963
Serviços Prestados	3.505	–	(632)	–	(1.319)	1.554
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 10	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 10	20.414	758	(20.162)	18.133	–	19.143
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 10	75.453	–	(75.453)	–	–	–
Outros Créditos - diversos - nota nº 11	74	–	(74)	–	–	–
Total	359.196	237.628	(177.337)	(9.389)	(116.159)	293.939
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 10	5	–	–	27.522	–	27.527
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 10	53.948	1.235	–	(18.133)	–	37.050
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 10	16	–	(16)	–	–	–
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº 11	14.386	–	–	–	–	14.386
Outros Créditos - controlada indireta PCH Minas	190	–	–	–	(190)	–
Total	68.545	1.235	(16)	9.389	–	78.963
Total Geral	427.741	238.863	(177.353)	–	(116.159)	372.902

	Consolidado					
	31.12.2010	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	31.12.2011
	–	–	–	–	–	–
Rubricas de Origem CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 6	150.442	100.096	(61.287)	–	(84.330)	104.921
Revendedores - nota nº 6	4.248	–	–	–	–	4.248
Outros Clientes	4.945	–	(4.945)	–	–	–
Energia Livre - nota nº 6	76	88	–	–	–	164
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº 7.2	1.963	–	–	–	–	1.963
Serviços Prestados	5.929	17.267	(15.283)	–	(4.408)	3.505
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 10	91.168	122.101	(63.828)	93	(1.080)	148.454
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 10	18.600	99	(17.464)	19.179	–	20.414
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 10	75.454	–	(75.455)	75.454	–	75.453
Outros Créditos - diversos - nota nº 11	1.123	–	(172)	–	(877)	74
Total	353.948	239.651	(238.434)	94.726	(90.695)	359.196
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 10	98	–	–	(93)	–	5
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 10	68.193	4.934	–	(19.179)	–	53.948
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 10	75.454	–	–	(75.454)	–	–
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 10	645	–	(629)	–	–	16
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº 11	14.365	21	–	–	–	14.386
Outros Créditos - controlada indireta PCH Minas - nota nº 11	190	–	–	–	–	190
Total	158.945	4.955	(629)	(94.726)	–	68.545
Total Geral	512.893	244.606	(239.063)	–	(90.695)	427.741

A seguir é apresentada a movimentação do resultado de provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	2012		2011	
	(238.863)	(244.606)	177.353	239.063
	22.135	19.744	344	(2.919)
(Despesa)/Receita com PCLD no resultado do exercício	(39.031)	11.282		
(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.				
Provisão				
Reversão				
Receita com recuperação de perdas (*)				
Outras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos investimentos	Tietê	AES Elpa	Uruguaiana	Eletropaulo (I)	AES Serviços	Total
Participação direta						
2011	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
2012	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Valor do capital social						
2011	207.227	958.782	1.015.223	1.057.629	29.172	
2012	207.227	958.782	1.015.223	1.157.629	29.172	
Patrimônio Líquido						
2011	1.720.316	1.602.117	23.722	3.993.259	10.419	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	903.942	1.574.240	23.722	177.091	10.419	2.689.414
Reserva especial de ágio	232.547	—	—	—	—	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	—	429.200	—	—	—	429.200
Patrimônio Líquido	1.136.489	2.003.440	23.722	177.091	10.419	3.351.161
2012	1.574.236	1.393.068	8.662	3.559.547	9.006	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	827.184	1.368.829	8.661	158.089	9.005	2.371.768
Reserva especial de ágio	232.547	—	—	—	—	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	—	429.200	—	—	—	429.200
Resultado do exercício	1.059.731	1.798.029	8.661	158.089	9.005	3.033.515
2012	901.263	(30.675)	(15.061)	107.946	(1.414)	
Resultado ajustado para efeito de equivalência	901.263	(30.675)	(15.061)	107.946	(1.414)	

Movimentação dos investimentos	Tietê	AES Elpa	Uruguaiana	Eletropaulo	AES Com (III)	Eletropaulo Telecom (II)	AES Serviços	Total
31.12.2010	1.150.705	2.035.812	32.015	163.477	—	156.367	8.045	3.546.421
Equivalência patrimonial	444.043	214.488	(8.312)	41.329	—	—	2.374	693.922
Ganho na alienação de investimentos - atividade descontinuada	—	195.402	—	28.509	—	—	—	223.911
Resultado de operações descontinuadas	—	19.393	—	—	12.575	36.030	—	67.998
Redução de capital/transferência investimento (**)	—	(97.904)	—	—	97.904	—	—	—
Dividendos declarados	(450.932)	(374.945)	—	(61.566)	—	(65.741)	—	(953.184)
Dividendos prescritos	892	2.971	—	359	—	—	—	4.222
Atualização de ativos financeiros	—	8.223	—	1.200	—	—	—	9.423
Ganho (Perda) nos investimentos	(8.219)	—	19	3.783	—	—	—	(4.417)
Baixa de investimentos	—	—	—	—	(110.479)	(126.656)	—	(237.135)
31.12.2011	1.136.489	2.003.440	23.722	177.091	—	10.419	3.351.161	
Equivalência patrimonial	473.570	(30.141)	(15.061)	4.793	—	—	(1.414)	431.747
Dividendos declarados	(540.932)	(154.636)	—	(21.841)	—	—	—	(717.303)
Dividendos prescritos	231	1.556	—	227	—	—	2.014	—
Atualização de ativos financeiros	—	(22.184)	—	(3.237)	—	—	—	(25.421)
Ganho (Perda) nos investimentos	(9.733)	(6)	—	1.056	—	—	—	(8.683)
31.12.2012	1.059.731	1.798.029	8.661	158.089	—	—	9.005	3.033.515

Conciliação do resultado de equivalência patrimonial

	2012	2011
Resultado de equivalência patrimonial	431.747	693.922
Ganhos e perdas em investimentos	(8.683)	(4.417)
Resultado de equivalência em transação de capital - venda EP Telecom	423.064	750.623

(i) Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovado, em Assembleia Extraordinária, o aumento de capital social da controlada Eletropaulo em R\$ 100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização parcial da reserva estatutária, resultando em um capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.157.629 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.057.629 em 31 de dezembro de 2011). Este capital corresponde à 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(ii) A participação no resultado do período de dez meses findo em 31 de outubro de 2011 foi reclassificada para operações descontinuadas devido à conclusão da venda para a TIM Celular S.A. ("TIM").

(iii) A participação no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 foi reclassificada para operações descontinuadas devido à

b) A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2012, foi como segue:

	Consolidado											
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.163	3.010.365	547.631	508.934	154.868	14.842	1.108.195	4.964	29.843	26.075	210.898	6.024.778
Adições	—	—	—	—	—	—	500	96	173	1.313	142.974	145.056
Baixas	—	(21)	—	(180)	—	—	(13.660)	—	(1.415)	(5.791)	—	(21.067)
Transferências	—	(191.375)	125	129.379	—	(27)	226.757	3.868	(15.207)	—	(157.737)	(4.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	408.163	2.818.969	547.756	638.133	154.868	14.815	1.321.792	8.928	13.394	21.597	196.135	6.144.550

Depreciação e amortização

	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	—	(1.383.381)
Adições	—	(95.809)
Baixas	—	21
Transferências	—	89.579
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—	(1.389.590)

Reprocessamento do saldo dos ativos

A Administração da controlada Tietê, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40 decidiu atribuir um novo valor ("deemed cost") para os itens do ativo imobilizado. A Administração da controlada Tietê contratou empresa especializada para elaborar a avaliação do seu ativo imobilizado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

c) Dos bens vinculados à concessão - especificamente para a controlada Tietê Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão da controlada Tietê representam a totalidade do saldo do seu ativo imobilizado no montante de R\$3.119.330, em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.142.381 em 31 de dezembro de 2011). O prazo da concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1 é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 20 de dezembro de 1999.

d) Reversão dos bens à União - controlada Tietê Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 ("Contrato"), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

16. Intangível

Os saldos do ativo intangível é como segue:

Descrição	2012	2011
Intangível:		
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo		
Custo	6.995.342	6.953.239
Amortização	(1.238.140)	(1.079.925)
Total do ativo intangível concessão	5.757.202	5.873.314
Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê		
Custo	73.174	73.174
Amortização	(27.441)	(24.751)
Total do ativo intangível - uso do bem público	45.733	48.423
Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão		
Brasiliiana	1.118.068	1.216.365
Elpa	699.356	745.302
	1.817.424	1.961.667
Outros Intangíveis		
Tietê	5.028	1.288
Outros	80	129
	5.108	1.417
Total Intangível	7.625.467	7.884.821

A movimentação do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	Obrigações especiais	Intangível	Obrigações especiais			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314
Adições	863.488	(184.333)	8.379	—	687.534	(480.945)	206.589
Baixas	—	—	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	—	—	—	—	—	34.497	34.497
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	—	(140.016)
Transferência para ativo financeiro de concessão (*)	—	—	(202.276)	—	(202.276)	68.269	(134.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202

(*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 4,12% para 3,78% e consequentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. A controlada Eletropaulo registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 134.007, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

A ANEEL, em 07 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação na controlada indireta Eletropaulo no exercício de 2012 em aproximadamente R\$46.162.

Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê

	Brasiliiana	Elpa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.216.365	745.302	1.961.667
Amortização	(98.297)	(45.946)	(144.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.118.068	699.356	1.817.424

17. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos e para perdas com contratos onerosos

A controlada Uruguaiana em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu em exercícios anteriores que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

conclusão da venda para a TIM Celular S.A. ("TIM").

Em 31 de outubro de 2011, a Brasiliiana concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. ("TIM"), das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("AES EP Telecom") e ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro S.A. ("AES Com Rio"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasiliiana e TIM em 8 de julho de 2011 ("Contrato").

Seguem os dados sobre distribuição de dividendos pelas controladas:

- Tietê:**
- Em 03 de maio de 2012, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta da Administração da controlada Tietê para pagamento de dividendos intermediários, no montante total de R\$ 264.037, sendo R\$ 0,660699453 por ação ordinária, e R\$ 0,726769398 por ação preferencial, correspondente a 100% do lucro líquido do primeiro trimestre de 2012 acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial nesse período, sendo o pagamento efetuado em 25 de maio de 2012;
 - Em 03 de agosto de 2012, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta da Administração da controlada Tietê para pagamento de dividendos intermediários, no montante total de R\$ 250.747, sendo R\$ 0,627442473 por ação ordinária, e R\$ 0,690186720 por ação preferencial, correspondente a 100% do lucro líquido do segundo trimestre de 2012 acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial nesse período, sendo o pagamento efetuado em 27 de agosto de 2012;
 - Em 06 de novembro de 2012, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta da Administração da controlada Tietê para pagamento de dividendos intermediários, no montante total de R\$ 253.775, sendo R\$ 0,635020944 por ação ordinária e R\$ 0,698523038 por ação preferencial, correspondente a 100% do lucro líquido apurado no terceiro trimestre de 2012 acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial nesse período, sendo o pagamento efetuado em 22 de novembro de 2012;
 - Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda retido na fonte corresponde a 15% do valor dos juros sobre o capital próprio. Na Reunião do Conselho de Administração da controlada Tietê, realizada em 20 de dezembro de 2012, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 26.104, correspondentes a R\$ 0,065319915 por ação ordinária e R\$ 0,071851907 por ação preferencial; e,
 - Em dezembro de 2012, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da controlada Tietê para pagamento de dividendos complementares no valor de R\$181.875. Este valor está registrado no patrimônio líquido da controlada Tietê sob a rubrica Proposta de distribuição de dividendos adicionais, uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas ou pelos órgãos competentes da administração da controlada Tietê.

Eletropaulo:

- Em reunião do Conselho de Administração da controlada Eletropaulo realizada em 20 de dezembro de 2012, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 54.318 imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório, cabendo aos acionistas o valor bruto de R\$ 0,306159516 por ação ordinária e R\$ 0,336775467 por ação preferencial.
- Em dezembro de 2012, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da controlada Eletropaulo para pagamento de dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$538, cabendo aos acionistas o valor de R\$0,003032853 por ação ordinária e R\$0,00336138 por ação ordinária e também proposta de destinação para reserva estatutária do saldo remanescente do lucro no valor de R\$138.202 classificada no patrimônio líquido.

15. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
		2012	2011
Em Serviço			
Custo histórico			
Terrenos		408.163	408.163
Reservatórios, barragens e adutoras		2.818.969	3.010.365
Termoelétrica em operação		547.756	547.631
Edificações, obras civis e benfeitorias		638.133	508.934
Peças sobressalentes		154.868	154.868
Materiais em depósito		14.815	14.842
Máquinas e equipamentos		1.321.792	1.108.195
Veículos		8.928	4.964
Móveis e utensílios		13.394	29.843
Total custo histórico		5.926.818	5.787.805
Depreciação e amortização			
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	(1.389.590)	(1.383.381)
Termoelétrica em operação	4,3%	(276.546)	(252.801)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,2%	(399.275)	(325.182)
Peças sobressalentes	3,4%	(21.651)	(21.651)
Máquinas e equipamentos	4,1%	(477.570)	(391.637)
Veículos	14,0%	(4.858)	(4.011)
Móveis e utensílios	7,3%	(8.143)	(16.886)
Total depreciação			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

a) Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras/ Credores	Consolidado									
	2012									
	Circulante					Não Circulante				
Venci-mento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Encar-gos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e Financiamentos										
<i>Em moeda estrangeira</i>										
STN - Resolução nº 96/93	2013	6,00	1	30	-	31	-	-	-	
<i>Em moeda nacional</i>										
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	2015	5,00	-	881	-	881	1.322	-	1.322	
BNDES - Finame - c.9	2016	8,70	48	891	-	939	3.692	-	3.692	
FINEP - c.10 (*)	2020	4,00	35	(760)	-	(725)	17.344	-	17.344	
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	(7.680)	532.320	
Outros			275	-	-	275	-	-	-	
Total			4.660	31.042	(1.843)	33.859	562.358	(7.680)	554.678	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.13	2015	CDI+1,37	17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(770)	599.260	
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,33	7.387	-	(2.053)	5.334	250.000	(7.441)	242.559	
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2018	CDI+1,86	2.586	-	(126)	2.460	200.000	(660)	199.340	
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)	375.532	
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.6	2021	CDI+1,66	4.126	-	(374)	3.752	600.000	(4.027)	595.973	
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.7	2018	CDI+1,40	13.037	-	(775)	12.262	750.000	(3.619)	746.381	
Total			48.462	319.970	(5.289)	363.143	2.780.030	(20.985)	2.759.045	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro - c.14		8,88 a 13,90	-	4.902	-	4.902	3.052	-	3.052	
Total			4.902	-	4.902	-	3.052	-	3.052	
Total da dívida			53.122	355.914	(7.132)	401.904	3.345.440	(28.665)	3.316.775	

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Instituições Financeiras/ Credores	Consolidado									
	2011									
	Circulante					Não Circulante				
Venci-mento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Encar-gos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e Financiamentos										
<i>Em moeda estrangeira</i>										
STN - Resolução nº 96/93	2013	6,00	1	28	-	29	28	-	28	
<i>Em moeda nacional</i>										
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	2015	5,00	-	754	-	754	1.885	-	1.885	
BNDES - Finame - c.9	2016	8,70	30	-	-	30	4.029	-	4.029	
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - c.11	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	(980)	52.193	150.000	(1.407)	148.593	
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	(1.804)	35.591	570.000	(9.523)	560.477	
Outros			275	-	-	275	-	-	-	
Total			10.874	80.782	(2.784)	88.872	725.942	(10.930)	715.012	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.13	2015	CDI+1,37	26.723	-	(1.224)	25.499	900.000	(1.781)	898.219	
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,33	11.678	-	(837)	10.841	250.000	(4.801)	245.199	
Debêntures - 10ª Emissão - Eletropaulo - c.2	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	(2.243)	211.693	199.980	(1.076)	198.904	
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2018	CDI+1,86	4.131	-	(112)	4.019	200.000	(786)	199.214	
Debêntures - 12ª Emissão - Eletropaulo - c.4	2014	CDI+1,50	11.927	-	(780)	11.147	400.000	(1.162)	398.838	
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2020	CDI+1,90	6.508	-	(899)	5.609	400.000	(5.416)	394.584	
Total			74.923	199.980	(6.095)	268.808	2.349.980	(15.022)	2.334.958	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro - c.14		10,11 a 13,90	-	8.203	-	8.203	4.317	-	4.317	
Total			8.203	-	8.203	4.317	-	4.317	-	
Total da dívida			85.797	288.965	(8.879)	365.883	3.080.239	(25.952)	3.054.287	

(*) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamen-tos	Custo de Emprésti-mos	Subvenção Governamen-tal	Saldo Final
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº 96/93	57	-	3	3	(32)	-	-	31
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	2.639	455	176	-	(1.067)	-	-	2.203
BNDES - Finame - c.9	4.059	554	393	-	(375)	-	-	4.631
FINEP - c.10	-	20.082	343	-	(308)	-	(3.498)	16.619
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - c.11	200.786	-	14.593	-	(217.766)	2.387	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	596.068	-	58.165	-	(91.259)	1.804	-	564.778
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	275
Subtotal	803.884	21.091	76.977	3	(314.111)	4.191	(3.498)	588.537
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.13	923.718	-	85.063	-	(94.409)	1.223	-	915.595
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	256.040	-	24.563	-	(33.901)	1.191	-	247.893
Debêntures - 10ª Emissão - Eletropaulo - c.2	410.597	-	30.605	-	(444.522)	3.320	-	-
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.3	203.233	-	19.989	-	(21.535)	113	-	201.800
Debêntures - 12ª Emissão - Eletropaulo - c.4	409.985	-	34.696	-	(446.624)	1.943	-	-
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.5	400.193	-	38.945	-	(41.503)	897	-	398.532
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.6	-	600.000	57.202	-	(57.803)	326	-	599.725
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.7	-	750.000	10.617	-	(2.139)	165	-	758.643
Subtotal	2.603.766	1.350.000	301.680	3	(1.142.436)	9.178	(3.498)	3.122.188
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.14	12.520	1.929	1.217	-	(7.712)	-	-	7.954
Total	12.520	1.929	1.217	-	(7.712)	-	-	7.954
Total	3.420.170	1.373.020	379.874	3	(1.464.259)	13.369	(3.498)	3.718.679

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamen-tos	Custo de Emprésti-mos	Subvenção Governamen-tal	Saldo Final
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº 96/93	75	-	5	6	(29)	-	-	57
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	3.393	-	151	-	(905)	-	-	2.639
BNDES - Finame - c.9	-	4.029	96	-	(66)	-	-	4.059
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - c.11	250.397	-	27.323	-	(78.106)	1.172	-	200.786
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	594.542	-	77.107	-	(77.216)	1.635	-	596.068
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	275
Subtotal	848.682	4.029	107.986	6	(159.626)	2.807	-	803.884
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.13	921.681	-	112.805	-	(111.878)	1.110	-	923.718
Debêntures - 9ª Emissão - Brasileira	804.908	-	108.231	-	(920.067)	6.928	-	-

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamen-tos	Custo de Emprésti-mos	Subvenção Governamen-tal	Saldo Final
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº 96/93	254.678	-	33.112	-	(32.478)	728	-	256.040
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	613.430	-	67.362	-	(273.420)	3.225	-	410.597
BNDES - Finame - c.9	203.087	-	26.356	-	(26.308)	98	-	203.233
FINEP - c.10 (*)	408.867	-	50.345	-	(49.934)	707	-	409.985
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - c.11	399.190	-	51.391	-	(51.193)	805	-	400.193
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	3.605.841	-	449.602	-	(1.465.278)	13.601	-	2.603.766
Subtotal	3.605.841	-	449.602	-	(1.465.278)	13.601	-	2.603.766
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.14	16.304	1.276	3.422	-	(8.482)	-	-	12.520
Total	16.304	1.276	3.422	-	(8.482)	-	-	12.520
Total	4.470.827	5.305	561.010	6	(1.633.386)	16.408	-	3.420.170

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

As principais características dos contratos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

Controlada Indireta Eletropaulo:

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada indireta Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME E FINEP possuem como garantia, cartas fiança, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	2	20.493	0,70% a 1,00%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

c.1) Debêntures - 9ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com prazo final de 13 anos (2018).

9ª Emissão	Taxa contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual	R\$ 75.000
				Agosto de 2015
				Agosto de 2016
				Agosto de 2017
				Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas com bancos credores em 2004.

Em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

Dívida comum para as empresas:

c.14) Arrendamento Mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2012, registrados pelas controladas Eletropaulo, Tietê, e AES Serviços era de R\$7.954 (R\$12.520 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$6.445 (R\$9.464 em 31 de dezembro de 2011) no ativo.

d) Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar
	R\$	R\$	R\$	R\$
2014	64.675	319.970	1.675	(7.124)
2015	64.616	415.060	902	(6.639)
2016	123.400	465.000	475	(5.731)
2017	122.893	355.000	–	(4.244)
2018	123.035	565.000	–	(2.943)
2019	63.190	260.000	–	(1.234)
2020	549	220.000	–	(523)
Após 2020	–	180.000	–	(227)
	562.358	2.780.030	3.052	(28.665)

Compromissos financeiros - "Covenants"

Alguns dos empréstimos e financiamentos e as debêntures não conversíveis possuem cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas por suas controladas em 31 de dezembro de 2012. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

21. Subvenção governamental

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a controlada indireta Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do "FINEP". Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada indireta Eletropaulo atreladas a essas subvenções.

A movimentação das subvenções governamentais em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final
	31.12.2011			31.12.2012
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	–	3.827	(329)	3.498
		3.827	(329)	3.498
Circulante	–	760	–	760
Não Circulante	–	–	–	–
				2.738

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, classificadas conforme estipuladas em contrato, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção Governamental			
	R\$			
	Saldo inicial	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final
2014	–	760	–	760
2015	–	653	–	653
2016	–	538	–	538
2017	–	408	–	408
2018	–	266	–	266
2019 a 2021	–	113	–	113
		2.738		2.738

22. Obrigações com entidade de previdência privada

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pelas controladas.

A controlada indireta Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada indireta Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada indireta Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada indireta Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2012.

22.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo Ativos e passivos atuariais:

	2012		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor presente das obrigações atuariais	12.489.418	321.672
Valor justo dos ativos do plano	(8.525.610)	(317.648)	(8.843.258)
Perda atuarial não reconhecida (*)	(2.830.128)	(9.927)	(2.840.055)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	–	5.903	5.903
Total registrado	1.133.680	–	1.133.680

	2011		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor presente das obrigações atuariais	9.796.162	239.210
Valor justo dos ativos do plano	(7.355.487)	(266.003)	(7.621.490)
Perda atuarial não reconhecida (*)	(1.210.129)	26.793	(1.183.336)
Total registrado	1.230.546	–	1.230.546

(*) As controladas utilizam o método do corredor para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais (esta política contábil é somente válida até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

22.2 Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	2012		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.796.162	239.210
Custo dos serviços correntes	16.350	1.826	18.176
Custo dos juros	916.615	22.652	939.267
Benefícios pagos	(775.655)	(13.221)	(788.876)
Contribuições dos empregados	5.875	1.183	7.058
Perda atuarial	2.530.071	70.022	2.600.093
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	12.489.418	321.672	12.811.090

	2011		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.085.610	207.180
Custo dos serviços correntes	14.663	1.731	16.394
Custo dos juros	873.037	20.645	893.682
Benefícios pagos	(728.568)	(13.383)	(741.951)
Contribuições dos empregados	5.450	1.058	6.508
Efeito de transferência de passivo	2.556	–	2.556
Perda atuarial	543.414	21.979	565.393
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.796.162	239.210	10.035.372

22.3 Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	2012		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.355.487	266.003
Contribuição do empregador	260.811	1.037	261.848
Contribuições dos empregados	5.875	1.183	7.058
Ganho atuarial nos ativos do plano	890.497	33.301	923.798
Rendimento esperado dos ativos do plano	788.595	29.345	817.940
Benefícios pagos	(775.655)	(13.221)	(788.876)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.525.610	317.648	8.843.258

	2011		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.094.038	249.185
Contribuição do empregador	252.101	893	252.994
Contribuições dos empregados	5.450	1.058	6.508
Impacto decorrente de fusões de planos	3.229	–	3.229
Ganho (Perda) atuariais nos ativos do plano	(45.469)	318	(45.151)
Rendimento esperado dos ativos do plano	774.706	27.932	802.638
Benefícios pagos	(728.568)	(13.383)	(741.951)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.355.487	266.003	7.621.490

22.4 Despesas (receitas) reconhecidas no exercício

	2012			
	Eletropaulo	Tietê	Outras controladas	Consolidado
	Custo dos serviços correntes	16.350	1.826	–
Custo dos juros	916.615	22.652	–	939.267
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)	(29.345)	–	(817.940)
Amortização de ganhos e perdas	15.346	26.793	–	42.139
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	–	(20.889)	–	(20.889)
Impacto decorrente de ativo/passivo atuarial da Telecom	–	–	–	–
Total despesa benefício definido	159.716	1.037	–	160.753
Outras contribuições	6.993	1.194	3	8.190
Total da despesa (receita) no exercício	166.709	2.231	3	168.943

	2011			
	Eletropaulo	Tietê	Outras controladas	Consolidado
	Custo dos serviços correntes	14.663	1.731	–
Custo dos juros	873.037	20.645	–	893.682
Rendimento esperado dos ativos do plano	(774.707)	(27.932)	–	(802.639)
Amortização de ganhos e perdas	–	21.661	–	21.661
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	–	(15.212)	–	(15.212)
Impacto decorrente de ativo/passivo atuarial da Telecom	(673)	–	–	(673)
Total despesa benefício definido	112.320	893	–	113.213
Outras contribuições	–	1.087	13	1.100
Total da despesa (receita) no exercício	112.320	1.980	13	114.313

22.5 As despesas projetadas para o exercício de 2013 são as seguintes:

	2013		
	Eletropaulo	Tietê	Consolidado
	Custo dos serviços correntes	–	29.337
Custo dos juros	–	1.018.050	27.323
Rendimento esperado dos ativos do plano	–	(696.484)	(27.074)
Total das despesas (receitas) projetada para o exercício (*)	–	350.903	3.731
(*) As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012. <p>O valor esperado de contribuições para o exercício de 2013 é de:</p> <ul style="list-style-type: none"> R\$ 283.642 - controlada indireta Eletropaulo e R\$ 1.062 - controlada Tietê. 			

22.6 A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2012		
	Eletropaulo	Tietê	
Renda Fixa	77,19%	77,64%	até 100%
Renda Variável	18,53%	19,20%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,49%	1,52%	até 15%
Imóveis	2,79%	1,64%	até 8%
Total	100%	100%	

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2011		
	Eletropaulo	Tietê	
Renda Fixa	72,94%	75,22%	até 100%
Renda Variável	22,84%	21,39%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,70%	1,81%	até 15%
Imóveis	2,52%	1,58%	até 8%
Total	100%	100%	

22.7 As premissas atuariais utilizadas pelas controladas foram as seguintes:

	2013	
	Eletropaulo	Tietê
	a) Premissas econômicas:	
a1) Determinação do passivo atuarial:		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	N/A
a2) Determinação da despesa atuarial:		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,42% a.a.	8,68% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,42% a.a.	8,68% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
b) Premissas demográficas:		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)	

	2012	
	Eletropaulo	Tietê
	a) Premissas econômicas:	
a1) Determinação do passivo atuarial:		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,42% a.a.	8,68% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,06% a.a.	11,25% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)	

22.8 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação Cesp

A controlada indireta Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar ("SPC"), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Controlada Eletropaulo	2012	2011
	Não Circulante	Não Circulante

Movimentação contábil do passivo registrado

Saldo anterior	1.230.546	1.372.780
Despesa do período	159.716	112.320
Pagamento de contribuições	(260.811)	(254.554)
Outras despesas do período	4.229	–
Saldo atual	1.133.680	1.230.546

Controlada Eletropaulo	2012	2011
	Não Circulante	Não Circulante

Empréstimos e financiamentos:

Confissão de dívida Ila (i)	397.285	388.861
Confissão de dívida Ilii (ii)	206.217	201.844
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.801.840	1.961.711
Total do Contrato	2.405.342	2.552.416
Parcela não registrada (iv)	(1.271.662)	(1.321.870)
Total Registrado	1.133.680	1.23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue a movimentação das provisões para processos judiciais e outros:

	Consolidado					
	Movimentação da Provisão para processos judiciais e outros					
	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2012
Trabalhista (a)	322.663	144.901	15.052	(94.385)	(100.536)	287.695
Pis/Cofins - controlada Tietê (b)	52.740	-	1.824	(48.486)	(4.086)	1.992
Pis/Cofins - controlada Elpa (c)	11.616	3.441	906	-	-	15.963
Pis/Cofins - controladora Brasileira (d)	23.448	1.478	1.644	-	-	26.570
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (e)	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos cíveis (f)	44.337	16.657	6.419	(20.322)	(5.054)	42.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (g)	8.698	-	2.202	-	-	10.900
Processos administrativos - prefeituras (h)	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais (i)	49.583	181	2.947	(466)	(2.363)	49.882
Despacho 288 (j)	24.138	-	1.679	-	-	25.817
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (k)	4.507	-	178	-	-	4.685
Processos regulatórios (l)	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Meio ambiente (m)	15.825	7.915	-	(11.388)	(2.622)	9.730
Outros	22.134	978	-	-	(27)	23.065
Total	630.991	219.782	39.229	(186.832)	(119.105)	584.065

	Consolidado					
	Movimentação da Provisão para processos judiciais e outros					
	31.12.2010	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2011
Trabalhista (a)	381.056	37.287	21.234	(74.120)	(42.794)	322.663
Pis/Cofins - controlada Tietê (b)	50.375	-	2.365	-	-	52.740
Pis/Cofins - controlada Elpa (c)	8.167	2.440	1.009	-	-	11.616
Pis/Cofins - controladora Brasileira (d)	18.065	-	5.383	-	-	23.448
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (e)	23.790	568	2.382	(1.811)	(1.268)	23.448
Processos cíveis (f)	42.380	26.816	7.089	(29.077)	(2.871)	44.337
Perda no repasse da energia de Itaipu (g)	5.945	-	2.753	-	-	8.698
Processos administrativos - prefeituras (h)	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais (i)	76.837	822	7.152	(919)	(34.309)	49.583
Despacho 288 (j)	29.663	-	4.598	-	(10.123)	24.138
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (k)	5.059	-	240	-	(792)	4.507
Processos regulatórios (l)	-	26.916	-	-	-	26.916
Meio ambiente (m)	10.977	11.326	-	(6.478)	-	15.825
Outros	20.132	2.208	-	(77)	(129)	22.134
Total	673.171	108.383	54.205	(112.482)	(92.286)	630.991

a) Trabalhista: Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das companhias controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia.

b) Pis/Cofins - controlada Tietê: A controlada Tietê propôs medidas judiciais visando questionar as alterações no cálculo da COFINS instituídas pela Lei 9.719/98. Em suma, a presente discussão divide-se em dois pontos:

- (i) alargamento da base de cálculo das contribuições: Em março de 2007, houve decisão favorável. Desta forma, a provisão foi revertida em setembro de 2007 e em 25 de maio de 2012 a controlada Tietê registrou o resgate do depósito judicial referente a este mérito no montante de R\$14.842.
- (ii) aumento de 2% para 3% da alíquota aplicável à COFINS: o STF reconheceu a constitucionalidade do aumento de alíquota, determinando a conversão em renda em favor da União no montante de R\$48.486 que se encontrava depositado no processo, o que ocorreu em dezembro de 2012. Por conta disso, a respectiva provisão contábil foi convertida em condenação. O montante a maior de R\$4.086 registrado como variação monetária foi revertido para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Com os mesmos fundamentos jurídicos da ação mencionada acima, a controlada Tietê propôs outra medida judicial para discutir alterações no cálculo do PIS. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Atualmente aguarda-se levantamento do depósito judicial, no valor de R\$1.992 (atualizado até 31 de dezembro de 2012). Apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, há uma provisão correspondente.

c) Pis/Cofins - controlada Elpa: A controlada Elpa possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da controlada Elpa, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registrou provisão no montante de R\$15.963 (R\$ 11.616 em 31 de dezembro de 2011).

d) Pis/Cofins - controladora Brasileira: A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registrou provisão no montante de R\$26.570 (R\$ 23.448 em 31 de dezembro de 2011).

e) Plano cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a controlada indireta Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março de novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$16.049 (R\$23.661 em 31 de dezembro de 2011).

f) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral e específica. As Administrações das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhecem provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, a saber: *Controlada AES Eletropaulo:* a controlada indireta Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$40.487 (R\$43.031 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada indireta Eletropaulo figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$32.400 (R\$35.951 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada indireta Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$8.087 (R\$7.080 em 31 de dezembro de 2011). Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merece destaque a demanda:

g) Represa Guarapiranga - Em dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada indireta Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Réis, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à controlada indireta Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Conforme informações dos assessores legais da controlada indireta Eletropaulo, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2012 a perda estimativa de perda, conforme provisão constituída é de R\$2.000 (R\$1.082 em 31 de dezembro de 2011).

g) Perda no repasse da energia de Itaipu: Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da controlada Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada Tietê protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de sustento a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da controlada Tietê decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$ 10.900 (R\$8.698 em 31 de dezembro de 2011).

h) Processos administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada indireta Eletropaulo mantém provisão de R\$725 (R\$725 em 31 de dezembro de 2011).

i) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2012 monta a R\$49.716 (R\$49.428 em 31 de dezembro de 2011), somados ao valor de processos fiscais na Brasileira de R\$166 (R\$155 em 31 de dezembro de 2011) perfaz um total consolidado de R\$49.882 (R\$49.583 em 31 de dezembro de 2011).

j) Despacho nº 288: A Administração da controlada Tietê, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na controlada Tietê, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$ 25.817 (R\$24.138 em 31 de dezembro de 2011). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância, para a qual foi apresentado recurso em 11 de julho de 2012. Em 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso.

k) Compensações de IRPJ e CSLL - controlada Tietê: Em dezembro de 2008, a controlada Tietê foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF sobre os recursos apresentados pela controlada Tietê. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$ 118.943 (atualizados até dezembro de 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.685 (R\$4.507 até dezembro de 2011) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.

1) Processos regulatórios - controlada indireta Eletropaulo:

1.1) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0317/TN 1877/2009, em 6 de outubro de 2010, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 543 é decorrente de fiscalização técnica realizada nos indicadores DECAFEC do ano de 2008. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em janeiro de 2012, que montava R\$ 621 (R\$ 543 em 31 de dezembro de 2011).

1.2) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2080/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 5.493 (R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011).

1.3) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da controlada indireta Eletropaulo no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 5.493 (R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011).

1.4) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 2.787 (R\$ 2.612 em 31 de fevereiro de 2012).

1.5) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a base de remuneração regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante de R\$ 15.214 (atualizado até 31 de dezembro de 2012). A controlada indireta Eletropaulo em 18 de Abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

1.6) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0389/TN 2240/2011, em 10 de julho de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 1.378 é decorrente de fiscalização nas "Medições Amostrais de Nível de Tensão". A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 1.418.

1.7) A controlada indireta Eletropaulo recebeu os Termos de Notificações 245, 246 e 247/2010, em 9 de abril de 2010, da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A penalidade aplicada é decorrente de fiscalização no sistema de medição para faturamento da ETT Ramon Reberte Filho. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 245.

1.8) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória, no montante de R\$ 126.379. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante integral atualizado até dezembro de 2012 no valor de R\$ 8.681. A controlada indireta Eletropaulo em 2 de Janeiro de 2013 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

1.9) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 402/2012-SFE, em 4 de janeiro de 2013, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos indicadores de continuidade (DEC e FEC) referente ao ano de 2009. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante integral atualizado até dezembro de 2012 no valor de R\$ 9.959.

1.10) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0396/TN 2233/2011, em 9 de outubro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos procedimentos adotados pela controlada indireta Eletropaulo em ocorrência prioritária no município de Diadema referente a fio partido energizado, desde a comunicação do rompimento até o momento do acidente fatal. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante integral atualizado até dezembro de 2012 no valor de R\$ 771.

m) Meio ambiente - controlada Tietê:

m.1) danos por ocupações irregulares em áreas de proteção permanente - existem 338 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada Tietê no pólo passivo. O ajuizamento em face da controlada Tietê se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada Tietê avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 274 demandas, já que as demais 64 ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada Tietê e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.661 (R\$ 1.655 em 31 de dezembro de 2011).

m.2) danos por construção de Usinas - em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a controlada Tietê efetive o reforestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça - UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reforestamento dentro da área de concessão (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da controlada Tietê (aproximadamente 70 metros). A partir dessa avaliação de risco foi reconhecida provisão de R\$2.593 (R\$ 2.593 em 31 de dezembro de 2011) para a efetivação do reforestamento ainda pendente no Município de Mendonça - UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares).

23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Apresentamos a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Nº	Descrição da Contingência	Controladora Brasileira	Controlada Brasileira
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		2012	2011
23.2.1	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal	345.065	316.843
23.2.2	Compensações Administrativas - Saldos Negativos de IRPJ e CSLL	48.318	45.402
23.2.3	Compensações Administrativas - Créditos de IRRF	23.477	22.041
23.2.4	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Eletropaulo	Controlada Eletropaulo
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		2012	2011
23.2.5	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.315.974	1.210.887
23.2.6	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
23.2.7	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
23.2.8	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
23.2.9	Autuação PCLD - Provisão pr/Créditos de Liquidação Duvidosa	52.654	48.299
23.2.10	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
23.2.11	Ação Popular - Maruzan Conrado	21.894	18.880
23.2.12	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	Não determinado
23.2.13	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
23.2.14	AIT	98.569	83.726
23.2.15	Ação Civil Pública - City Boacava	Não determinado	Não determinado
23.2.16	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
23.2.17	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado	Não determinado
23.2.18	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	93.398	88.527
23.2.19	Recolhimento do FGTS	38.778	33.526
23.2.20	PASEP - suspensão de Exigibilidade	35.366	50.610
23.2.21	NFLDs - Execuções Fiscais	112.277	107.203
23.2.22	CSLL - Base Negativa	8.490	3.755
23.2.23	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	38.969	38.969
23.2.24	PIS - Decretos nº 2445/88 e 2449/88	204.092	245.209
23.2.25	PIS - Estatuto da Decadência		
23.2.26	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
23.2.27	Finsocial	129.471	-
23.2.28	Cofins - Anistia	138.600	-

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Tietê	Controlada Tietê
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		2012	2011
23.2.29	Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
23.2.30	Compensações de IRPJ e CSLL	114.259	112.051
23.2.31	Auto de Infração - Ação Tietê	114.897	111.300
23.2.32	Auto de Infração - Pesquisa e Desenvolvimento	6.123	-
23.2.33	Reforestamento fora da área de concessão	Não determinado	Não determinado

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Uruguiana	Controlada Uruguiana
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		2012	2011
23.2.34	PIS/COFINS sobre receita de exportação	17.394	15.725
23.2.35	Ação judicial período de Dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE	Não determinado	Não determinado

23.2.36 Requerimento de Arbitragem
Além dos processos apresentados acima, a controlada Tietê também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termelétrica São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.2.

23.2.1) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal
Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da AES Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 03 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada indireta Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

23.2.8) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada indireta Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada indireta Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada indireta Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal.

23.2.9) Autuações PCLD

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 04 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 05 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada indireta Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$52.654, atualizados até 31 de dezembro de 2012 (R\$48.299 em 31 de dezembro de 2011).

Em 04 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada indireta Eletropaulo no mandato de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 06 de julho de 2012. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 11.816. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

AI 027/TN0336/1

Ainda aguarda decisão ao recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$40.838. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

23.2.10) Ação civil pública plano cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a controlada indireta Eletropaulo teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à controlada indireta Eletropaulo, ao que a ASSOBRAE apresentou recurso. Em 31 de dezembro de 2012, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Conforme informações dos assessores legais da controlada indireta Eletropaulo, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, em função de depender de ações individuais dos consumidores.

23.2.11) Ação popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada indireta Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$21.894 atualizados até 31 de dezembro de 2012 (R\$18.860 em 31 de dezembro de 2011).

23.2.12) Ecovias - remanejamento de postes

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ajuizou demanda judicial visando obrigar a controlada indireta Eletropaulo a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$2.000 atualizados até 31 de dezembro de 2012.

23.2.13) Ecovias - uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ajuizou demanda judicial contra a controlada indireta Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada indireta Eletropaulo já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADEE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

23.2.14) AIT

Em 25 de junho de 2002, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a controlada indireta Eletropaulo, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$51.000 pelos danos sofridos, a controlada indireta Eletropaulo agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$98.569 atualizados até 31 de dezembro de 2012 (R\$83.726 em 31 de dezembro de 2011).

23.2.15) Ação civil pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Piritiba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da controlada indireta Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela controlada indireta Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de *amicus curiae*. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

23.2.16) Ação civil pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2012, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

23.2.17) Ação civil pública - suspensão do fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 06 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os municípios de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada indireta Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Proferida decisão parcialmente procedente em 1ª instância, em 31 de dezembro de 2012 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

23.2.18) Ação civil pública - contas vencidas - 90 Dias

Em 15 de maio de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada indireta Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. No momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

23.2.19) Recolhimentos do FGTS

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$93.938 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender com infundada a cobrança pretendida, a controlada ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Até o momento, aguardamos decisão de 1ª Instância. Segundo os assessores legais da controlada, as chances de perda estão classificadas como possíveis.

23.2.20) PASEP - suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a controlada ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$38.779 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento. Segundo os assessores legais da controlada, as chances de perda estão classificadas como possíveis.

23.2.21) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD)-execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLDs) - Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS, que totalizam o montante de R\$35.366 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Na opinião dos assessores legais as chances de perda estão classificadas como possíveis.

23.2.22) CSLL - base negativa

CSLL Base Negativa - Em novembro de 2007, a controlada ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/01, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada insurge-se contra a aplicação desta regra, pois que que seja rejeitada proposta definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$112.277 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Atualmente, contamos com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguardamos o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007, os quais até o momento aguardam decisão administrativa.

23.2.23) Execuções fiscais municipais - diversas

A controlada possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificadas como perda possível é de R\$8.490 (atualizados até 31 de dezembro de 2012).

23.2.24) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a controlada ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, obtivemos decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$38.969 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). De acordo com os assessores legais, as chances de perda estão classificadas como possíveis.

23.2.25) PIS - estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor R\$204.092 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 407/96. Em oposição a esta cobrança, a controlada apresentou defesa sustentando a decadência do direito de o Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Os assessores legais classificam as chances de perda como possíveis.

23.2.26) Ação civil pública - restabelecimento de energia elétrica

Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada indireta Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada indireta Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

23.2.27) Finsocial

Em julho de 2012 a controlada foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de Finsocial. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$129.471 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Aguarda-se decisão sobre os recursos apresentados. Os assessores legais da controlada classificam as chances de perda como possíveis.

23.2.28) Cofins - anistia

COFINS Anistia - Ação Judicial proposta pela controlada em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$138.600 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Os assessores legais da controlada classificam esta discussão como de perda possível.

23.2.29) Recomposição de danos ambientais

Em uma ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a controlada Tietê (i) mantenha o programa de estoque de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. O risco de perda relacionado a essa ação permanece possível.

As demais três ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a controlada Tietê realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

23.2.30) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (k) da nota explicativa nº 23, a Receita Federal intimou a controlada Tietê sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante total de R\$ 118.943 envolvidos na discussão, R\$ 114.258 são considerados como probabilidade de perda possível (atualizado até 31 de dezembro de 2012).

23.2.31) Auto de infração - ágio Tietê

Em novembro de 2011, foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$114.897 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Visa esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso administrativo apresentado pela controlada. De acordo com os assessores legais, as chances de perda são classificadas como possíveis.

23.2.32) Auto de infração - P&D

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada Tietê, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais, a chance de perda do caso é classificada como possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.123.

23.2.33) Reflorestamento fora da área de concessão

Conforme detalhado na nota explicativa nº 23 (m.2), a controlada Tietê foi julgada em 1ª instância a efetuar o reflorestamento no raio de 100 metros da área de preservação permanente na Usina de Promissão. Com base nos pareceres de consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda possível para a área de propriedade de terceiros, fora da responsabilidade da Companhia, aproximadamente no raio de 70 metros. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Tietê terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

23.2.34) Pis/Cofins sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada no valor de R\$17.394 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada. Em função da decisão desfavorável proferida pelo CARF, apresentamos recurso à Câmara Superior do CARF, o qual ainda aguarda julgamento. Os assessores legais classificam as chances de perda como possíveis.

23.2.35) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da legalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguiana que determinou a suspensão da exigência dos valores objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevido sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE. O Procedimento principal, por sua vez, que discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguiana, encontra-se em andamento em 1ª instância, em fase de produção de provas, sem decisão judicial.

23.2.36) Requerimento de arbitragem

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguiana e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comercio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguiana e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e legalmente, rescindiriam o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimental pelas partes por conta de tal término. Em 26 de março de 2009, a AES Uruguiana apresentou requerimento de arbitragem perante a Câmara de Comercio Internacional (ICC), contra a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (“YPF”), empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguiana, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguiana e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”).

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em Janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas Eletropaulo, Tietê e AES Serviços possuem cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança destas controladas estão relacionadas abaixo:

Controlada Tietê				
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
Fiscal	2	1.848	1,4%	
Compra de energia	13	26.149	0,70% a 1,0%	
		27.997		

Controlada Eletropaulo				
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
Fiscal	38	1.244.916	1,00% a 6,00%	
Cível	2	5.893	1,65% a 1,75%	
Trabalhista	25	46.143	1,00% a 6,00%	
Comercial - compra de energia	18	6.262	1,00%	
		1.306.214		

Controlada AES Serviços				
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
Compra de energia	1	1.381	1,40%	
		1.381		

24. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Consolidado		
	2012	2011	

CIRCULANTE			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		41.153	36.811
Quota para a CCC - Sistemas Isolados		28.757	54.348
Quota para a Reserva Global de Reversão		11.610	10.650
Outros encargos		285	269
Total		81.805	102.078
NÃO CIRCULANTE			
Quota para a Reserva Global de Reversão		2.705	27.088
		2.705	27.088

25. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Controlada Eletropaulo	2012	2011
Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento		45.097	49.032
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico		1.618	1.354
Ministério de Minas e Energia		809	677
Eficiência Energética		26.404	66.366
Total		73.928	117.429
Controlada Tietê	2012	2011	

Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento		11.380	19.737
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico		1.314	1.446
Ministério de Minas e Energia		330	372
Total		13.024	21.555
Controlada Uruguiana	2012	2011	

Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento		1.443	3.345
Total		1.443	3.345
Total - Consolidado		88.395	142.329
Circulante		61.460	53.327
Não Circulante		26.935	89.002
Total		88.395	142.329
De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.			

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

Geração

As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Acumulado em			
	2012	2011		
Resultado Líquido de Operações Contínuadas	340.604	611.151		
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	–	518.004		
	340.604	1.129.155		
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada do número de ações ordinárias	600.000	600.000		
Média ponderada do número de ações preferenciais	50.000	50.000		
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00		
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	50.000	50.000		
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico e diluído por ação	650.000	650.000		
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	650.000	650.000		
Lucro por ação (R\$ por ação)				
Das Operações Contínuadas				
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,52401	0,94023		
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,52401	0,94023		
Das Operações Descontinuadas				
Lucro básico e diluído por ação ordinária	–	0,79693		
Lucro básico e diluído por ação preferencial	–	0,79693		
		1,73716		
	Soma - ON	0,52401		
	Soma - PN	0,52401		
		1,73716		
Lucro atribuível ao acionista				
	Acumulado	Ordinárias	Preferenciais	Total
	2012	314.404	26.200	340.604
	2011	1.042.297	86.858	1.129.155

28. Destinação do resultado

Conforme disposto no artigo 30 do estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

a) parcela de 5% será deduzida para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

b) parcela de 50% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, será destinada, em igualdade de condições, às ações ordinárias e preferenciais como dividendo mínimo obrigatório.

c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de Acionistas com base na proposta da administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo terceiro: A Administração da Companhia poderá propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação de até 50% do lucro líquido ajustado a uma Reserva Especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

d) Em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976 e nos termos do Estatuto Social da Companhia, os dividendos declarados e não reclamados por seus acionistas em três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas são revertidos em favor da Companhia.

Em 09 de agosto de 2012, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários, no montante total de R\$142.451, sendo R\$0,2191553819 por ação ordinária e preferencial, correspondente a 63,9% do lucro líquido obtido pela Companhia no primeiro semestre de 2012, acrescido de ajuste de avaliação patrimonial, conforme apurado no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2012. O pagamento foi realizado em 22 de novembro de 2012. A data base para o direito ao recebimento de dividendo ("record date") foi o dia 09 de agosto de 2012 e as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 10 de agosto de 2012.

Em 07 de novembro de 2012, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários, no montante total de R\$109.318, sendo R\$0,168181789 por ação ordinária e preferencial, que somados aos R\$142.451 já distribuídos correspondem a 100% do lucro líquido obtido pela Companhia no primeiro semestre de 2012, acrescido de ajuste de avaliação patrimonial, conforme apurado no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2012. O pagamento foi realizado em 22 de novembro de 2012. A data base para o direito ao recebimento de dividendo ("record date") foi o dia 07 de novembro de 2012 e as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 08 de novembro de 2012.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório no valor de R\$126.773, sendo R\$ 0,195035769 por ação ordinária e preferencial. O valor está registrado na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas e pelos órgãos competentes da administração.

Destinação do Resultado	Controladora	
	2012	2011
Lucro líquido do período	340.604	1.129.155
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	55.742	59.331
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas (i)	2.014	4.244
Constituição de reserva legal	(19.818)	(59.424)
Subtotal	378.542	1.133.306
Destinação:		
Dividendos intermediários distribuídos	251.769	299.175
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório propostos	–	267.478
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório propostos	126.773	428.221
Constituição de reserva estatutária	–	138.432
Total Distribuído	378.542	1.133.306

Ação	2012	2011
	R\$ por ação	R\$ por ação
ON/PN	0,39	0,46
ON/PN	–	0,41
ON/PN	0,20	0,66
	0,58	1,53

(i) Em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976 e nos termos dos Estatutos Sociais das controladas, os dividendos não reclamados por seus acionistas em três anos, a contar do pagamento, são revertidos à conta de lucros acumulados para nova destinação.

29. Receita operacional líquida consolidada

	2012			2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	6.094.754	17.029.132	6.622.458	5.956.173	16.407.714	6.458.449
Comercial	340.098	11.815.282	4.125.763	344.606	11.614.381	4.151.582
Industrial	27.972	5.803.454	1.910.996	28.465	5.995.610	2.017.368
Rural	774	31.369	3.661	769	29.971	3.523
Poder público:						
Federal	1.281	179.159	61.600	1.273	171.761	60.435
Estadual	4.288	676.277	184.814	4.230	629.343	185.014
Municipal	9.722	456.335	171.861	9.365	449.959	174.547
Iluminação pública	1.902	886.737	181.580	1.613	872.695	175.404
Serviço público	1.319	691.671	189.605	1.295	645.478	183.289
Encargo de capacidade emergencial	–	–	9	–	–	9
Remuneração do ativo financeiro	–	–	156.661	–	–	148.426
Transferência para atividades de distribuição	–	–	(6.533.372)	–	–	(7.339.115)
Subtotal - Fornecimento	6.482.110	37.569.916	7.075.636	6.347.789	36.816.912	6.218.931
Outras						
Suprimento de energia elétrica	–	–	257.613	–	–	183.631
PIS/Cofins - diferença de alíquota	–	–	17.083	–	–	(36.505)
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (**)	–	–	(23.845)	–	–	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (**)	–	–	(75.000)	–	–	(35.150)
Não faturado	–	–	(16.774)	–	–	18.967
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	451	7.986.746	755.675	306	8.284.379	829.224
Transferência para atividades de distribuição	–	–	6.533.372	–	–	7.339.115
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (TUSD) (**)	–	–	(10.474)	–	–	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (TUSD) (**)	–	–	(11.935)	–	–	(2.712)
Remuneração do ativo financeiro (TUSD)	–	–	12.358	–	–	14.325
Energia no curto prazo	–	–	103.015	–	–	50.887
Receita de construção	–	–	831.115	–	–	738.745
Outras receitas	–	–	124.209	–	–	125.201
Receita Operacional Bruta	6.482.561	45.556.662	15.572.048	6.348.095	45.101.291	15.425.993
Quota para reserva global de reversão	–	–	(70.003)	–	–	(67.938)
Conta de consumo de combustível - CCC	–	–	(524.224)	–	–	(620.186)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	–	–	(493.840)	–	–	(441.728)
Encargo de capacidade emergencial	–	–	(9)	–	–	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	–	–	(100.240)	–	–	(106.008)
Encargos do consumidor - outros encargos (Proinfra)	–	–	(42.974)	–	–	(44.485)
Lei nº 12.111	–	–	(23.791)	–	–	(26.165)
ICMS	–	–	(2.783.207)	–	–	(2.786.266)
COFINS	–	–	(1.171.723)	–	–	(1.161.898)
PIS	–	–	(255.664)	–	–	(252.229)
ISS e outras	–	–	(584)	–	–	(1.123)
Subtotal - Outras	–	–	(5.472.259)	–	–	(5.508.035)
Total geral	6.482.561	45.556.662	10.099.789	6.348.095	45.101.291	9.917.958

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(**) Baseado no despacho da ANEEL nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011 e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, devem ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

30. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos e Perdas na alienação de bens e direitos	–	–	(2.024)	5.888
Arrendamentos e aluguéis	(1)	–	(23.431)	(12.620)
Seguros	(33)	(35)	(13.181)	(10.621)
Tributos	–	–	(29.143)	(25.979)
Doações, contribuições e subvenções	–	–	(15.668)	(16.055)
Tarifa bancária	–	–	(44.809)	(44.948)
Publicidade	–	–	(18.194)	(29.811)
Responsabilidade social	–	–	(2.290)	(16.100)
Perdas na desativação de bens e direitos	–	–	(56.977)	(24.779)
Indenizações por danos elétricos e não elétricos	–	–	(10.301)	(5.461)
Baixa do ativo financeiro de concessão	–	–	(8.325)	(2.271)
Taxa de administração - Fundação Cesp	–	–	(10.179)	(9.465)
Amortização do Uso do Bem Público - UBP	–	–	–	42.477
Ganhos no recebimento de energia livre	–	–	(2.690)	(2.690)
Outras	–	–	–	4.468
Total Geral	(315)	(1.528)	6.593	(25.012)
	(349)	(1.563)	(230.619)	(215.456)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	13.269	30.268	171.200	252.429
Selic - Finsocial	–	–	–	54.712
Acrescimo moratório - consumidores	–	–	84.183	84.405
Multas	–	–	5.688	7.037
Subvenções governamentais	–	–	329	–
PIS - Crédito tributário - nota explicativa nº 7.2	–	–	18.478	–
Outras	–	–	24.173	26.400
Total	13.269	30.268	304.051	424.983
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(41)	(115.431)	(372.672)	(524.046)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	–	–	215	207
Juros sobre PIs/Pasep e Cofins	–	–	–	745
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	–	–	(1.533)	(1.381)
Perdas em investimentos	–	–	(21.501)	(24.911)
Doações, contribuições e subvenções - nota explicativa nº 23	–	–	(43.507)	(25.916)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	–	–	(24.871)	(29.703)
Outras	(1.502)	(15.320)	(37.366)	(56.042)
Total	(1.543)	(130.751)	(501.235)	(662.047)
Variáveis Monetárias e Cambiais Líquidas				
Variáveis monetárias - Empréstimos moeda nacional	–	–	56.281	62.330
Variáveis cambiais - Empréstimos moeda estrangeira	–	–	(245)	(64)
Variáveis cambiais - Itaipú	–	–	(14.559)	(23.262)
Variáveis monetárias - Depósitos judiciais	11	–	45.320	50.781
Variáveis monetárias - P&D e Eficiência Energética	–	–	(7.138)	(15.336)
Variáveis monetárias - Ativo financeiro de concessão	–	–	(15.119)	–
Variáveis monetárias - Golf Village	–	–	42.477	–
Variáveis monetárias - Outras	(273)	2.539	(4.701)	(7.156)
Total	(262)	2.539	102.316	67.293
Total Líquido	11.464	(97.944)	(94.868)	(169.771)

32. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a Provisões Temporariamente Indevidíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajuste de avaliação patrimonial são registrados nas contas patrimoniais (nota explicativa nº 8). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2012		2011	
	I. Renda	C. Social	I. Renda	C. Social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	–	–	23.123	8.572
Diferidos	5.954	2.143	24.083	8.670
Total	5.954	2.143	47.206	17.242
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	332.507	332.507	546.703	546.703
Adições				
Amortização de intangível de concessão	58.616	54.728	101.757	101.757
Juros sobre o capital próprio a receber	15.978	15.978	39.506	39.506
Provisões	2.644	2.644	–	–
Outras	361	361	–	–
Total das adições	77.599	73.711	141.263	141.263
Exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(423.064)	(423.064)	(750.623)	(750.623)
Resultado de equivalência patrimonial - operações descontinuadas	–	–	(67.998)	(67.998)
Amortização de intangível de concessão	(6.371)	(6.371)	–	–
Total das exclusões	(429.435)	(429.435)	(818.621)	(818.621)
Total líquido das adições/exclusões	(351.836)	(355.724)	(677.358	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- h) Fornecedores (nota explicativa nº 18);
i) Contas a pagar por compra de energia - CCEE (nota explicativa nº 18);
j) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 20);
k) Debêntures (nota explicativa nº 20);
l) Arrendamento financeiro (nota explicativa nº 20);
m) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 21);
n) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 24);
o) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

		2012		
	Valor contábil	Valor justo		Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	210.952	210.952		Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.232.390	1.232.390		Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	1.659.976	1.659.976		Empréstimos e recebíveis
Serviços prestados	118	118		Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	314.055	314.055		Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	508.291	508.291		Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937		Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	5.107.719	5.107.719		
PASSIVO (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	1.430.630	1.430.630		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	70.887		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	588.537	595.602		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	3.122.188	3.144.630		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	7.954	7.954		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.449	63.449		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	5.371.653	5.401.160		

		2011		
	Valor contábil	Valor justo		Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	207.907	207.907		Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	2.037.870	2.037.870		Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	1.594.867	1.594.867		Empréstimos e recebíveis
Serviços prestados	192	192		Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	352.298	352.298		Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	580.485	580.485		Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813		Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	5.815.432	5.815.432		
PASSIVO (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	1.018.990	1.018.990		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	70.887		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	803.884	803.884		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	2.603.766	2.623.306		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	12.520	12.520		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	426.499	426.499		Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	5.065.712	5.085.252		

As rubricas *caixa e equivalentes de caixa* e *investimentos de curto prazo* são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas, fundos de investimentos e títulos públicos. CDBs, operações compromissadas e fundos de investimentos são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (líquidos dos custos a amortizar), o método de mensuração utiliza para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, vide nota explicativa nº 3.3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

34.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2012			
	Mensuração			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	210.952	115.117	95.835	–
Investimentos de curto prazo	1.232.390	–	1.232.390	–
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	–	1.181.937	–
Total - Ativo	2.625.279	115.117	2.510.162	–
	2011			
	Mensuração			
Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	207.907	55.669	152.238	–
Investimentos de curto prazo	2.037.870	–	2.037.870	–
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	–	1.041.813	–
Total - Ativo	3.287.590	55.669	3.231.921	–

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:
Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

34.4 Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de riscos
Em sua estrutura, a Companhia e suas controladas contam com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados. A Companhia e suas controladas contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna. Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são revisados a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia e suas controladas elaboram um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva. Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Distribuição

A controlada indireta Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada indireta Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Geração

As vendas de energia da controlada Tietê são efetuadas para a controlada indireta Eletropaulo e outros clientes, principalmente por contratos bilaterais. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a controlada Tietê o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Para os demais clientes, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2012 é:

	Consolidado	2012
Caixa e equivalentes de caixa		210.952
Investimentos de curto prazo		1.232.390
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias		1.659.976
Contas a receber - Acordos		314.055
Serviços prestados		118
Total da exposição		3.417.491

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes vencimentos diferem dos divulgados na nota explicativa nº 20. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.430.630	–	–	–	–
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	–	–	70.887	–	–
Empréstimos e financiamentos (líquidos dos encargos e custos a amortizar)	817	79.693	111.649	413.653	207.283
Debêntures (líquidas dos encargos e custos a amortizar)	10.025	529.542	546.961	1.726.530	1.419.833
Arrendamento financeiro	1.917	2.977	1.861	1.199	–
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	81.805	–	2.705	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.357	44.092	–	–	–
Total	1.544.551	656.304	734.063	2.141.382	1.627.116

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de dezembro de 2012.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

Distribuição

A controlada indireta Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Conseqüentemente, o seu resultado é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da controlada indireta Eletropaulo foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2012.

Geração

A controlada Tietê possui debêntures remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais de 1,20% ao ano. Conseqüentemente, o resultado da controlada é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras das controladas Tietê e Uruguiana foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2012.

Montante de exposição líquida ao risco de taxa de juros

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data das demonstrações contábeis foi:

Consolidado	2012
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	95.835
Títulos públicos (Investimentos de curto prazo)	22.931
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	1.209.459
Empréstimos e financiamentos	(570.000)
Debêntures	(3.100.000)
Total da exposição líquida	(2.341.775)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros
Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos investidores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2012	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	95.835	3.474	5.211	6.948	8.685	10.422
Títulos públicos (Investimentos de curto prazo)	CDI	22.931	831	1.247	1.662	2.078	2.494
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	1.209.459	43.843	65.764	87.686	109.607	131.529
Subtotal		1.328.225	48.148	72.222	96.296	120.370	144.444

Dívidas - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2012	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Debêntures - 1ª Emissão - Controlada Tietê	CDI+1,20% a.a.	(900.000)	(43.862)	(60.348)	(76.833)	(93.318)	(109.895)
Debêntures - 9ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,12% a.a.	(250.000)	(11.977)	(16.552)	(21.128)	(25.704)	(30.305)
Debêntures - 11ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,75% a.a.	(200.000)	(10.887)	(14.570)	(18.254)	(21.937)	(25.64)
Debêntures - 13ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(400.000)	(20.738)	(28.086)	(35.435)	(42.784)	(50.173)
Debêntures - 14ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(600.000)	(31.107)	(42.130)	(53.152)	(64.175)	(75.259)
Debêntures - 15ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,24% a.a.	(750.000)	(36.863)	(50.606)	(64.349)	(78.093)	(91.912)
CCB - Bradescop - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(570.000)	(29.551)	(40.023)	(50.495)	(60.967)	(71.496)
Subtotal		(3.670.000)	(184.984)	(252.315)	(319.646)	(386.977)	(454.681)
Total da exposição líquida		(2.341.775)	(136.836)	(180.093)	(223.350)	(266.607)	(310.236)

Risco de moeda
A controlada indireta Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos empréstimos STN - Resolução nº 96/93 e dos pagamentos de energia comprada de Itaipu. Em relação a este último, a mesma está protegida através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

A controlada Uruguiana está exposta a variação do dólar norte-americano através dos saldos a pagar relativos aos contratos de fornecimento de gás junto ao fornecedor YPF.

Montante de exposição líquida ao risco de moeda

O montante de exposição líquida de suas controladas ao risco de moeda na data das demonstrações contábeis foi:

Consolidado	2012
Empréstimos e financiamentos - controlada Eletropaulo	31
Fornecedores - controlada Uruguiana	128.753
Total da exposição líquida	128.784

Análise de sensibilidade ao risco de moeda

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador aos quais as controladas Eletropaulo e Uruguiana estão expostas em suas obrigações em moeda estrangeira na data base de 31 de dezembro de 2012, foi utilizada a projeção do dólar norte-americano para um ano, com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012.

Destá forma, foi apurado o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido das controladas Eletropaulo e Uruguiana, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos dos contratos programados para um ano.

MOEDA ESTRANGEIRA	Posição em US\$ 2012	Atual		Projetado		Impacto esperado
		Cotação	Cenário em R\$	Cotação	Cenário em R\$	
Controlada Eletropaulo						
Empréstimos e Financiamentos - Resolução 96/93 (Bib's)	15	2,0435	31	2,07	31	–
Controlada Uruguiana						
Fornecedores - Compra de Gás - YPF	63.006	2,0435	128.753	2,07	130.423	(1.670)

Risco de preço

Distribuição

Revisão Tarifária Periódica 2011 e Realjeste Tarifário 2012

Em 2 de julho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da controlada indireta Eletropaulo em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norieiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da controlada indireta Eletropaulo é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

(d) **Gestão de capital**
A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

Holdings (*)		Distribuição		Geração (**)		Comercialização		Subtotal		Eliminações e ajustes		Total consolidado	
Cia. Brasileira	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Tietê e controladas	AES Uruguiana Emp.	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes						
Receita líquida	-	-	9.959.198	2.112.435	-	12.640	12.084.273	(1.984.484)					10.099.789
Custos operacionais	-	-	(6.882.509)	(377.809)	(2.529)	(9.648)	(7.272.495)	1.982.719					(5.289.776)
Custo com energia elétrica gás	(3.364)	(1.773)	(1.270.038)	(169.245)	(17.250)	(4.392)	(1.466.062)	1.769					(1.464.293)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(360)	(1.031)	(1.601.972)	(185.581)	(3.345)	(657)	(1.792.946)	(7)					(1.792.953)
Outras	(360)	(1.031)	(1.601.972)	(185.581)	(3.345)	(657)	(1.792.946)	(7)					(1.792.953)
Total dos custos operacionais	(3.724)	(2.804)	(9.754.519)	(732.635)	(23.124)	(14.697)	(10.531.503)	1.984.481					(8.547.022)
Resultado do serviço	(3.724)	(2.804)	204.679	1.379.800	(23.124)	(2.057)	1.552.770	(3)					1.552.767
Resultado de equivalência patrimonial	423.064	21.569	-	-	-	444.633	-	(444.633)					-
Amortização de intangível	(98.297)	(45.946)	-	-	-	(144.243)	-	-					(144.243)
Resultado financeiro	11.464	318	(51.611)	(42.302)	8.092	672	(73.367)	(21.501)					(94.868)
Resultado antes dos tributos	332.507	(26.863)	153.068	1.337.498	(15.032)	(1.385)	1.779.793	(466.137)					1.313.656
Imposto de renda/Contribuição social	8.097	(3.812)	(45.122)	(436.234)	(29)	(29)	(477.129)	1					(477.128)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(495.924)					(495.924)
Lucro líquido de operações continuadas	340.604	(30.675)	107.946	901.264	(15.061)	(1.414)	1.302.664	(962.060)					340.604
Lucro líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-					-
Lucro líquido do exercício	340.604	(30.675)	107.946	901.264	(15.061)	(1.414)	1.302.664	(962.060)					340.604
TOTAL DO ATIVO	4.305.797	1.844.810	10.499.218	3.944.328	218.397	12.140	20.824.690	(4.384.136)					16.440.554
TOTAL DO PASSIVO	50.999	22.541	6.922.374	2.136.066	209.736	3.035	9.344.751	(248.231)					9.096.520

(*) Informações financeiras individuais (controladora)
(**) Informações financeiras consolidadas
Informações por segmento

Holdings (*)		Distribuição		Geração (**)		Comercialização		Subtotal		Eliminações e ajustes		Total consolidado	
Cia. Brasileira	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Tietê e controladas	AES Uruguiana Emp.	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes						
Receita líquida	-	-	9.959.198	2.112.435	-	12.640	12.084.273	(1.984.484)					10.099.789
Custos operacionais	-	-	(6.882.509)	(377.809)	(2.529)	(9.648)	(7.272.495)	1.982.719					(5.289.776)
Custo com energia elétrica gás	(3.364)	(1.773)	(1.270.038)	(169.245)	(17.250)	(4.392)	(1.466.062)	1.769					(1.464.293)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(360)	(1.031)	(1.601.972)	(185.581)	(3.345)	(657)	(1.792.946)	(7)					(1.792.953)
Outras	(360)	(1.031)	(1.601.972)	(185.581)	(3.345)	(657)	(1.792.946)	(7)					(1.792.953)
Total dos custos operacionais	(3.724)	(2.804)	(9.754.519)	(732.635)	(23.124)	(14.697)	(10.531.503)	1.984.481					(8.547.022)
Resultado do serviço	(3.724)	(2.804)	204.679	1.379.800	(23.124)	(2.057)	1.552.770	(3)					1.552.767
Resultado de equivalência patrimonial	423.064	21.569	-	-	-	444.633	-	(444.633)					-
Amortização de intangível	(98.297)	(45.946)	-	-	-	(144.243)	-	-					(144.243)
Resultado financeiro	11.464	318	(51.611)	(42.302)	8.092	672	(73.367)	(21.501)					(94.868)
Resultado antes dos tributos	332.507	(26.863)	153.068	1.337.498	(15.032)	(1.385)	1.779.793	(466.137)					1.313.656
Imposto de renda/Contribuição social	8.097	(3.812)	(45.122)	(436.234)	(29)	(29)	(477.129)	1					(477.128)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(495.924)					(495.924)
Lucro líquido de operações continuadas	340.604	(30.675)	107.946	901.264	(15.061)	(1.414)	1.302.664	(962.060)					340.604
Lucro líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-					-
Lucro líquido do exercício	340.604	(30.675)	107.946	901.264	(15.061)	(1.414)	1.302.664	(962.060)					340.604
TOTAL DO ATIVO	4.305.797	1.844.810	10.499.218	3.944.328	218.397	12.140	20.824.690	(4.384.136)					16.440.554
TOTAL DO PASSIVO	50.999	22.541	6.922.374	2.136.066	209.736	3.035	9.344.751	(248.231)					9.096.520

(*) Informações financeiras individuais (controladora)
(**) Informações financeiras consolidadas
Informações por segmento

Holdings (*)		Distribuição		Geração (**)		Telecomunicações (***)		Comercialização		Subtotal		Eliminações e ajustes		Total consolidado	
Cia. Brasileira	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Tietê e controladas	AES Uruguiana Emp.	AES Eletropaulo Telecom	AES Com Rio	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes						
Receita líquida	-	-	9.835.578	1.885.956	411	-	54.267	11.776.212	(1.858.254)					9.917.958	
Custos operacionais	-	-	(5.712.032)	(250.346)	(1.499)	-	(53.015)	(6.016.892)	1.858.254					(4.158.638)	
Custo com energia elétrica/gás	-	-	(5.712.032)	(250.346)	(1.499)	-	(53.015)	(6.016.892)	1.858.254					(4.158.638)	
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(2.641)	(589)	(1.058.606)	(146.146)	(12.124)	-	(860)	(1.220.966)	4.055					(1.216.911)	
Outras	(1.578)	(1.540)	(720.426)	(720.141)	(6.896)	-	2.084	(915.497)	(720.340)					(1.635.837)	
Total dos custos operacionais	(4.219)	(2.129)	(7.491.064)	(583.633)	(20.519)	-	(51.791)	(8.153.355)	1.141.969					(7.011.386)	
Resultado do serviço	(4.219)	(2.129)	2.344.514	1.302.323	(20.108)	-	2.476	3.622.857	(716.285)					2.906.572	
Resultado de equivalência patrimonial	750.623	466.218	-	-	-	-	1.216.841	-	(1.216.841)					-	
Amortização de intangível	(101.757)	(45.946)	-	-	-	-	(147.703)	-	-					(147.703)	
Resultado financeiro	(97.944)	(650)	(21.291)	(46.592)	11.795	-	846	(153.836)	(15.935)					(169.771)	
Resultado antes dos tributos	546.703	417.483	2.323.223	1.255.741	(8.313)	-	3.322	4.538.159	(1.949.061)					2.589.098	
Imposto de renda/Contribuição social	64.448	(334)	(751.118)	(410.877)	-	-	(948)	(1.098.829)	240.485					(858.344)	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.538.354)					(1.538.354)	
Lucro líquido de operações continuadas	611.151	417.149	1.572.105	844.864	(8.313)	-	2.374	3.439.330	(3.246.930)					192.400	
Lucro líquido de operações descontinuadas	518.004	19.736	-	-	-	36.030	32.534	-	606.304					936.755	
Lucro líquido do exercício	1.129.155	436.885	1.572.105	844.864	(8.313)	36.030	32.534	2.374	4.045.634					1.129.155	
TOTAL DO ATIVO	4.937.367	2.068.662	10.765.981	4.130.717	222.846	-	16.872	22.142.445	(4.938.739)					17.203.706	
TOTAL DO PASSIVO	319.776	37.344	6.756.270	2.176.641	199.124	-	6.353	9.495.508	(350.866)					9.144.642	

(*) Informações financeiras individuais (controladora)
(**) Informações financeiras consolidadas
(***) Operações descontinuadas

36. Ativos e passivos regulatórios - controlada indireta Eletropaulo

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a controlada indireta Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada indireta Eletropaulo teria registrado em suas Informações Contábeis os seguintes saldos:

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	59.616
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	427.138	321.543
Outros componentes financeiros da tarifa	45.573	66.291
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	472.711	447.450
NÃO CIRCULANTE		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	29.157
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	286.341	134.638
Outros componentes financeiros da tarifa	9.761	140.932
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	296.102	304.727
TOTAL DO ATIVO	768.813	752.177
PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	174.112	463.241
Outros componentes financeiros da tarifa	49.420	208.702
Revisão Tarifária - Fator Xe	36.186	34.503
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4)	181.961	356.843
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	441.679	1.063.289
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	65.322	95.024
Outros componentes financeiros da tarifa	18.528	22.398
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.279	62.917
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4)	908.807	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.047.936	180.339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Lucros/Prejuízos acumulados	(491.451)	(126.459)
Resultado do Período	(229.351)	(364.992)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(720.80	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, para as concessionárias de geração que tiverem suas concessões renovadas, o risco hidrológico passa a ser assumido pelas distribuidoras, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o pagamento da CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos próximos reajustes tarifários.

É importante ressaltar que a concessão da controlada indireta Eletropaulo expira em 2028 e as novas regras de renovação de concessões de distribuição ainda não foram definidas. Além disso, a redução da tarifa em função da MP 579 trará impactos reduzidos para a controlada indireta Eletropaulo, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor.

Controlada Tietê

A MP 579 permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação as suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição - VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador para inclusão de remuneração na tarifa. Os geradores farão jus a uma receita anual de geração (RAG) contemplando além dos custos regulatórios de O&M, administração, remuneração (10%), os encargos de conexão e uso do sistema de transmissão/distribuição e os encargos setoriais (TFSEE e P&D). O risco hidrológico passa a ser assumido pelas distribuidoras, proporcionalmente às cotas de energia bem como o pagamento da CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos).

Considerando que a concessão da controlada Tietê expira em 2029, as regras de prorrogação introduzidas pela MP 579 não se aplicam à mesma, xetando-se a redução das tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, decorrente da prorrogação das concessões de transmissão.

41. Eventos subsequentes

a) Redução de Tarifas

Conforme Resolução Homologatória nº 1436/13 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a partir de 24 de janeiro de 2013, as tarifas de energia elétrica praticadas pela controlada indireta Eletropaulo foram reajustadas.

A tarifa da concessionária foi reduzida 20% em média. Esse índice refere-se à diminuição do custo com a compra de energia, despesas de transmissão, redução de encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura tarifária que anteriormente eram pagos pelos consumidores através de suas tarifas. Os clientes perceberão benefícios parciais de redução na tarifa a partir do dia 24 de janeiro e completos somente a partir do dia 26 de fevereiro.

b) Retorno da operação da Usina

Ao final de 2012 o Ministério de Minas e Energia (MME), em conjunto com a controlada Uruguiana, Petrobras, Sulgás, TSB (Transportadora Sulbrasileira de Gás) e ONS, iniciou as negociações para o retorno da operação da usina. Em outubro de 2012, a controlada Uruguiana obteve a renovação da Licença de Operação da usina, concedida pelo IBAMA e necessária para seu funcionamento.

As operações foram iniciadas parcialmente em fevereiro de 2013 com geração de 164 MW e o funcionamento total da usina está previsto para março, quando as duas turbinas a gás e a turbina a vapor estarão em operação, atingindo a capacidade de geração de 494 MW.

A usina utiliza Gás Natural Liquefeito (GNL) em suas operações e o transporte do combustível é feito através da infraestrutura de gasodutos argentina, uma vez que a térmica situa-se próxima à fronteira com esse país.

c) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em 21 de fevereiro de 2013, foi publicada decisão do TJRJ favorável à controlada indireta Eletropaulo, que anulou integralmente a decisão de 1ª instância. Dessa forma, o processo deverá ser reiniciado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Ao término de tal procedimento, deverá ser proferida nova decisão, que indicará o responsável e o valor devido à Eletrobrás.

A estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrew Martin Vesey	Britaldo Pedrosa Soares	Andrés Ricardo Gluski Wellert Presidente do Conselho	Marcelo Marcolino	Marcelo de Carvalho Lopes
---------------------	-------------------------	---	-------------------	---------------------------

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor-Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

CONTADOR

Newton Akira Fukumitsu
Contador - CRC 1SP 190768/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Brasileira de Energia

Barueri - SP
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Energia ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB**, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board - IASB** e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Brasileira de Energia essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.
São Paulo, 19 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da **Companhia Brasileira de Energia** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme

alterada, **Declaram** que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Barueri, 19 de fevereiro de 2013

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

A nossa atitude é fazer a diferença nas comunidades!

A AES Brasil é mais responsabilidade social

Cerca de 220 mil crianças, adolescentes e adultos são beneficiados por ano pela Casa de Cultura e Cidadania, projeto social que a AES Brasil mantém em sete cidades dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. São espaços que oferecem atividades de teatro, dança, música, artes circenses e ginástica artística, além de oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Conheça um pouco mais sobre esse projeto, acesse www.casadeculturaecidadania.com.br

